



Economia e Mercados Globalizados

2º PERÍODO

Luiz Nonato Oliveira

PALMAS – TO / 2006



Fundação Universidade do Tocantins

Reitor: Humberto Luiz Falcão Coelho

Vice-Reitor: Lívio William Reis de Cravalho

Pró-Reitor Acadêmico: Galileu Marcos Guarenghi

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Extensão: Maria Luiz C.P. do Nascimento

Pró-Reitora da Pesquisa: Antônia Custódia Pedreira

Pró-Reitora de Administração e Finanças: Maria Valdênia Rodrigues Noletto

Diretor de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais: Claudemir Andreaci

Coordenadora do Curso: Maria Rosa Arantes Pavel

Educon – Empresa de Educação Continuada Ltda

Diretor Presidente: Luiz Carlos Borges da Silveira Filho

Diretor Executivo: Marcelo Antônio Aguiar

Diretor de Desenvolvimento do Produto: Márcio Yamawaki

Diretor Administrativo e Financeiro: Júlio César Algeri

Organização dos Conteúdos – Unitins

Conteúdo da Disciplina: Luiz Nonato Oliveira

Equipe de Produção Gráfica

Coordenadora de Produção Gráfica: Vivianni Asevedo Soares Borges

Diagramação: Leonardo Valadão Nunes Torres

Capas e Ilustrações: Edglei Dias Rodrigues

Apresentação

Caro(a) aluno(a)

O texto que você está recebendo se refere à disciplina *Economia e Mercados Globalizados*. Este material pretende orientar seus estudos no conhecimento e na aplicação dos princípios, teorias e modelos da ciência econômica. O conteúdo é sintético, sendo necessário, em cada tema, você fazer leituras dos livros-texto, indicados ao final.

Economia é uma ciência e também uma arte. Nos comportamentos de natureza econômica e social, os princípios da economia estão presentes. Neste curso, a economia será abordada em três partes. Uma parte introdutória, apresentando conceitos gerais da economia. A segunda parte trata do comportamento econômico de famílias e empresas. E a terceira aborda uma visão da economia a nível nacional.

A parte introdutória, compreendendo os temas 01 e 02, trata dos conceitos básicos e problemas fundamentais da economia. Apresenta também uma breve história do pensamento econômico.

A segunda parte, temas 03 a 05, trata dos conceitos e modelos relacionados com o comportamento das famílias e empresas. Serão apresentados os conceitos de demanda e oferta, bem como o modelo de análise do funcionamento do mercado. Também serão apresentados os conceitos e modelos de análise da produção e dos custos. Por último, serão descritos os modelos de concorrência perfeita, monopólio e oligopólio. É a visão microeconômica, isto é, a economia aplicada ao comportamento de indivíduos e empresa.

Na terceira parte, temas 06 a 12, trata-se da economia a nível nacional. Veremos como se contabiliza o produto nacional. Também serão analisados os fatores que determinam o crescimento do produto. Moeda, inflação, economia do setor público, economia internacional e desenvolvimento econômico serão outros temas dessa parte.

Valorize o que está antes do texto que são os objetivos e os pré-requisitos. Faça as atividades intermediárias e a atividade final, tentando tirar todas suas dúvidas. Leia com a atenção a conclusão e a síntese do tema. Além do texto desta apostila, estude o tema pelo menos em um dos livros-texto indicados no plano de ensino. Tenha o hábito de ler sobre economia em jornais e revistas. Estas leituras ajudam você relacionar os fatos econômicos e sua experiência de vida.

Plano de Ensino

CURSO: Ciências Contábeis

PERÍODO: 2º

DISCIPLINA: Economia e Mercados Globalizados

EMENTA

Introdução geral às Ciências Econômicas. A organização e o funcionamento das economias de mercado. As principais leis e teorias econômicas. As principais questões micro e macroeconômica atual. Mercado, preços, demanda e oferta, comportamento do consumidor, demanda individual e demanda de mercado. Produção e custos de curto e longo prazos. Estruturas de mercado, externalidades e bens públicos.

OBJETIVOS

- Analisar o funcionamento da economia a nível individual, da empresa e do país;
- Reconhecer os assuntos relativos à economia na imprensa falada e escrita;
- Relacionar os conceitos e modelos da economia à realidade empresarial;
- Aplicar os princípios e os modelos econômicos na gestão das organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução geral e história das idéias econômicas
- Demanda, oferta e equilíbrio do mercado
- Produção, custos e estruturas de mercado
- Contabilidade social e determinação do produto nacional
- Noções de economia monetária e inflação
- Noções de economia internacional, economia do setor público e desenvolvimento econômico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, Carlos Roberto e NOGAMI, Otto. *Princípios de Economia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

PINHO, Diva Benevides (org.). *Manual de Economia*. 3 ed. São Paulo:Saraiva, 1999.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARICIA, Manuel E. *Fundamentos de Economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOCHON, Francisco e TROSTER, Roberto Luis. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROSSETI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. *Economia: Micro e Macro*. São Paulo: Atlas, 1998.

Sumário

Tema 1 - Introdução Geral.....	07
Tema 2- História das Idéias Econômicas.....	15
Tema 3- Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado.....	22
Tema 4- Produção, Custos e Maximização de Lucros.....	31
Tema 5- Estruturas de Mercado.....	43
Tema 6– Contabilidade Social.....	50
Tema 7- Determinação da Renda e do Produto Nacional.....	61
Tema 8- Noções de Economia Monetária.....	69
Tema 9 - Inflação.....	76
Tema 10 – Noções de Economia Internacional.....	86
Tema 11 – Noções de Economia do Setor Público.....	97
Tema 12 - Noções de Desenvolvimento Econômico.....	105

Tema 01



Introdução Geral

Meta do tema

Apresentar a economia como ciência social e os conceitos fundamentais.

Objetivos

Espera-se que ao final do estudo do tema, você esteja capacitado para:

- Conceituar economia, escassez e mercado;
- Descrever os problemas fundamentais da economia;
- Caracterizar os sistemas econômicos;
- Diferenciar a microeconomia da macroeconomia.



Pré-requisitos

Você já vivenciou uma série de situações como o preço das mercadorias aumentando mais que o salário, falta de produtos numa feira, pessoas pedindo ajuda, você ou amigos discutindo as diferenças da economia capitalista e socialista. Valorize essas experiências.

Introdução

Imagine as situações relatadas a seguir. O salário deste mês não vai dar para pagar todas as despesas. A energia e o combustível aumentaram. Uma família decide diminuir despesas para equilibrar o orçamento. O gerente do banco informou que só financia 50% do valor do custeio da safra. A comunidade precisa decidir como poderá ter os bens e serviços para melhorar seu bem-estar. Como resolver esses problemas? Qual o sistema econômico mais eficiente?

Iniciaremos nosso curso apresentando conceitos como escassez, economia, bens e serviços, recursos de produção, agentes econômicos, mercado e preços. Também serão discutidos princípios de análise de fatos econômicos relacionados com a escassez e o mercado.



Para e Pense

Qual sua decisão se você não tivesse mão-de-obra qualificada e nem matéria-prima suficiente na empresa que você gerencia?

O Problema da Escassez

“Escassez” é o problema objeto de estudo na Economia. A existência da escassez é o que justifica a economia como ciência. O que é escassez? Por que existe?

Escassez é a falta de bens e serviços em quantidade e qualidade suficiente para o atendimento pleno das necessidades humanas. A escassez existe porque a quantidade dos recursos produtivos são insuficientes para produzir todos os bens e serviços para atender todas as necessidades humanas. Por definição, as necessidades são ilimitadas e os recursos produtivos, bens e serviços são limitados.

Necessidades humanas são desejos, aspirações e expectativas. A satisfação das necessidades resulta em bem-estar físico e emocional.

Bens e serviços são todos os objetos capazes de satisfazer as necessidades humanas. Os bens são classificados em bens de consumo não duráveis, como os alimentos, bens de consumo duráveis, como um automóvel, bens intermediários, como a farinha de trigo, e bens de capital, como um computador. Educação, saúde, transporte, comunicação, comércio, lazer são serviços.

Os recursos produtivos ou fatores de produção são classificados na economia em trabalho (mão-de-obra), capital (instalações, equipamentos e máquinas, a moeda...), terra (recursos naturais) e tecnologia (métodos de produção).

Atividade

Tente construir um conceito de escassez, a partir de sua experiência.

Comentário

Faça uma lista de necessidades incluindo produtos e serviços. Depois reflita sobre a impossibilidade de você ter à disposição todos os bens e serviços.

Como definir
Economia?



Como prática social, a economia existe desde quando surgiram os grupos humanos. Mas como ciência, a economia é relativamente nova. Os gregos deram início ao estudo da economia como um conhecimento científico. A seguir serão apresentadas algumas definições baseadas em autores que contribuíram para o desenvolvimento deste ramo do conhecimento como ciência.

No grego, “Oikosnomos”, de oikos (casa) e nomos (lei, norma)“ significa a “ Administração de uma casa ou do Estado”.

“Economia é a ciência social que estuda como os indivíduos e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas” (VASCONCELLOS, 2004, p. 2).

A economia é o estudo de como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados e para os distribuir para consumo, agora ou no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade. (SAMUELSON apud PASSOS e NOGAMI, 2003, p. 4)

As definições destacam alguns elementos. Primeiro enfatizam a Economia como uma ciência social, isto é, o comportamento humano está presente. Em segundo lugar, enfatizam a escassez dos recursos e, por último, a questão da escolha individual ou social.

Atividade

Use sua criatividade e crie uma definição de economia.



Comentário

Lembre-se de que você está estudando uma ciência social que se propõe estudar um problema de natureza social e dar a respectiva solução.

Questões Econômicas Fundamentais

Você está lembrando o que são recursos produtivos e quais são? Se tiver dúvidas, releia o item escassez. Em função da escassez dos recursos produtivos e das necessidades humanas ilimitadas, qualquer sociedade se depara com as seguintes questões fundamentais:

É um problema econômico. A resposta é um ato de escolha individual ou social. Como os recursos produtivos são escassos, não permitindo que se produza tudo, a solução é decidir quais produtos e serviços devem ser produzidos. Para tomar a decisão, a comunidade deve conhecer as alternativas. A decisão inclui as quantidades a serem produzidas. Algumas alternativas, como sugestão. Produzir mais alimentos ou vestuário? Produzir mais carros ou vagões de trem? Ferrovias ou rodovias?

Trata-se de uma questão tecnológica. Trata-se do método de produção. O método envolve maneiras diferentes de combinar os fatores de produção. Sendo trabalho e capital os fatores de produção, qual melhor combinação? Utilizar mais mão-de-obra e menos capital? Seria um processo intensivo de

O que e quanto produzir?
Como produzir?



mão-de-obra. Ou utilizar mais capital e menos mão-de-obra? Nesse caso, o processo seria intensivo de capital. Quais os efeitos dessa escolha? O principal é com relação ao emprego. O processo intensivo de mão-de-obra gera mais emprego.

Para quem produzir?



Enfatiza a distribuição dos bens e serviços. Logo, a questão é quem vai usufruir os bens e serviços produzidos. Qual o critério da distribuição? Será conforme a necessidade? Será conforme a participação na produção? A distribuição dos bens e serviços tem relação com a distribuição da renda. Se a renda for desigual, a distribuição dos bens e serviços será desigual, pois a renda permite a aquisição dos bens.

Para analisar as questões acima, vamos utilizar a curva de possibilidade de produção e o custo de oportunidade como modelos.

Curva de Possibilidade de Produção

A curva de possibilidade de produção é um modelo de análise para a tomada de decisão sobre o que e quanto produzir. As curvas representam possibilidades. Como ilustrações serão utilizadas uma tabela e uma figura. A tabela 1.1 mostra as alternativas em termos de quantidade em quilos. A curva de possibilidade de produção está desenhada mostrando as quantidades de soja, no eixo horizontal, e de milho, no eixo vertical.

Tabela 1.1 – Possibilidades de produção de uma fazenda

Alternativas	Soja (em quilos)	Milho (em quilos)
A	0	8.000
B	1.000	7.500
C	2.000	6.500
D	3.000	5.000
E	4.000	3.000
F	5.000	0

(Fonte: PASSOS E NOGAMI, 2003 p. 49)

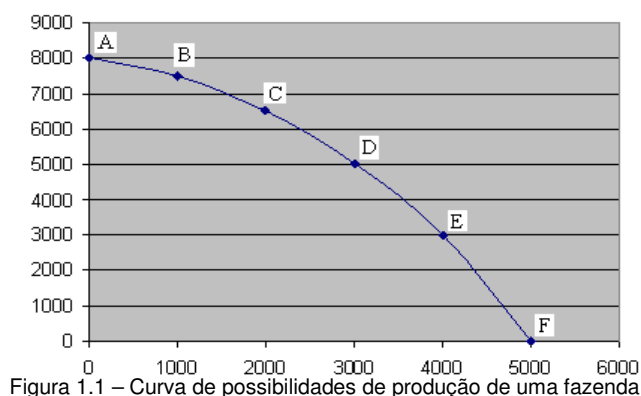
Os dados da tabela apresentam três alternativas:

Alternativa A – só produzir milho

Alternativa F – só produzir soja

Alternativas B, C, D, E – produzir soja e milho

Na figura, as alternativas A e F representam a fronteira de possibilidades de produção. As alternativas B, C, D e E representam as possibilidades de produção conjunta de soja e milho.



Para haver eficiência na produção, é necessária a hipótese de plena utilização dos recursos produtivos. O que é plena utilização dos recursos ou pleno emprego dos recursos? Significa que toda a terra, a mão-de-obra e os equipamentos estão sendo completamente utilizados. Não há recurso ocioso.

Custo de Oportunidade

Quando recursos são transferidos da alternativa A para a alternativa B, de B para C e assim por diante, há um custo que pode ser medido em termos reais. Por exemplo, mudar da alternativa A para a B representou o sacrifício de não produzir 500 quilos de milho para produzir 1.000 quilos de soja. Na escolha da alternativa de D para E, houve a renúncia da produção de 2.000 quilos de milho para produzir 1.000 quilos de soja. Logo, o custo de oportunidade refere-se à transferência de recursos da produção de um bem (milho) para produzir outro bem (soja), supondo o pleno emprego dos recursos produtivos.

Atividade

Suponha que você está planejando a produção agrícola do município onde você mora, onde há disponibilidade de terras férteis e água. O mercado local e regional demanda alimentos. Que alternativas de produção você colocaria no seu plano?



Comentário

A variedade de produtos e serviços depende da renda e das preferências de consumo da comunidade.

Sistemas Econômicos

Outra decisão da sociedade é qual a melhor forma de organização econômica. Na literatura, esse assunto é tratado na visão de sistema, isto é, sistema econômico. O que é um sistema econômico? Quais os sistemas econômicos conhecidos? Como funcionam?

Sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada a sociedade. É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar. (VASCONCELLOS, 2004, p. 3).

Para descrever e analisar os sistemas econômicos, precisamos conhecer seus elementos e sua classificação.

Quais são os elementos de um sistema econômico?

Um sistema econômico tem como elementos básicos: estoque de recursos produtivos, complexo de unidades produtivas e conjunto de instituições econômicas, sociais, políticas e jurídicas.

O estoque de recursos produtivos compreende o trabalho (recursos humanos), o capital (instalações, máquinas, equipamentos), a terra (recursos naturais) e a tecnologia (métodos e processos de produção).

O complexo de unidades de produção são as empresas que produzem bens e serviços. Os bens podem ser de consumo não durável, consumo durável, intermediário e de capital. Entre os serviços se destacam comércio, transporte, educação, saúde, comunicação...

As instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais são a base da organização social. O Congresso Nacional, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Agência Nacional do Petróleo, a Agência Nacional de Telecomunicações, os Tribunais Estaduais e Federais são exemplos de instituições.



Classificação dos Sistemas Econômicos

Quais os modelos de sistemas econômicos que a história apresenta? Quais suas características? Como funcionam? Estudaremos três modelos que refletem a prática econômica moderna.

Sistema Capitalista ou Economia de Mercado

A economia de mercado tem como características básicas a propriedade privada dos recursos de produção, livre iniciativa nos negócios. A decisão sobre o que produzir, como produzir, e para quem produzir é tomada pelo mercado. Neste modelo, predomina a concorrência pura sem intervenção do Estado. O Estado cuida da segurança e da justiça. É a filosofia do liberalismo econômico.

Sistema socialista ou economia planificada ou economia centralizada

Este sistema se caracteriza pela propriedade pública ou estatal dos fatores de produção. As decisões sobre produção e distribuição de bens e serviços, bem como preços, são de competência de uma comissão de planejamento central. A ex-União Soviética, a China, Romênia, Coreia do Norte e Cuba são exemplos de sistema socialista de economia.

Sistemas de Economia Mista

Neste sistema, os recursos de produção são de propriedade do setor público e do setor privado. O funcionamento da economia é conforme as leis de mercado. O governo participa da produção de bens e serviços e também faz controles através da regulamentação dos setores econômicos. O Brasil é uma economia de mercado, mas com características do sistema de economia mista. O governo é proprietário de empresas como a Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Furnas Centrais Elétricas. Ainda o governo faz controles da economia através de agências como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional do Petróleo.

Atividade

O que diferencia o funcionamento da economia de mercado, economia socialista e economia mista? Que tipos de economia se pratica no Brasil?



Comentário

Identifique as diferenças quanto à propriedade dos recursos de produção, as decisões e o sistema de preços.

Divisão do Estudo Econômico

Para efeito didático, o estudo da economia é dividido em áreas. As principais áreas são: Microeconomia, Macroeconomia, Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico.

A Microeconomia estuda o comportamento econômico de indivíduos e empresas. Esse comportamento pode expressar uma situação de consumidor, comprador ou de produtor e vendedor. Também estuda como são formados os preços num mercado específico.

A Macroeconomia se preocupa com agregados macroeconômicos. Agregado significa que o estudo da variável é a nível nacional. As principais variáveis macroeconômicas são o produto, a renda e a despesa nacional.

Economia Internacional é a área da economia que estuda as relações econômicas entre habitantes e não habitantes do país. Os assuntos da

economia internacional são taxa de câmbio, balança comercial, balança de capital etc.

Desenvolvimento Econômico trata do crescimento do produto e das transformações econômicas. As mudanças econômicas resultam em melhor distribuição do produto e da renda. O efeito é um melhor padrão de bem-estar social.

Conclusão

Os objetivos desse tema foram alcançados? Os conceitos ficaram claros? Os modelos de análise foram entendidos? Quais foram os obstáculos? Como podemos aplicar esses conceitos e modelos na realidade econômica? Avalie sua aprendizagem tentando responder a essas questões.

Atividade final



Suponha que você more numa comunidade de economia estagnada. Não há novos investimentos. Os trabalhadores têm baixa escolaridade e nenhuma formação profissional. Não há poupança feita pela comunidade. Os instrumentos de trabalho são próprios para o trabalho manual. Os recursos naturais são abundantes: solo fértil, clima temperado, água.

Você foi nomeado para fazer um levantamento da situação e apresentar um plano para mudar a situação econômica da comunidade. O que fazer? Como?

Tente fazer uma agenda de trabalho.

Comentário

Inicie pensando como a escassez está presente na vida da comunidade. Depois tente responder às questões o que e quanto produzir, como produzir, para quem produzir. Faça também a simulação de uma curva de possibilidade de produção com dois produtos e o custo de oportunidade.

Síntese do tema

O tema inicial apresentou o problema fundamental da ciência econômica: a escassez. Em seguida tratou dos problemas fundamentais resultantes da escassez: o que e quanto produzir, como produzir, para quem produzir. Ainda, descreveu os sistemas econômicos, as relações da economia com outras ciências e a divisão do estudo econômico.

Informações sobre o próximo tema

No próximo tema, veremos como nasceram as idéias sobre valor, mercado, preços, divisão do trabalho, lucro, mais-valia. Essas idéias estão presentes no nosso cotidiano. É a história das idéias econômicas.

Tema 02



História das Idéias Econômicas

Meta do tema

Descrever como nasceram as principais idéias econômicas e sua aplicação.

Objetivos

Espera-se que ao final do tema, você demonstre as habilidades a seguir:

- Identificar autores e obras principais de cada escola;
- Explicar os conceitos desenvolvidos em cada escola;
- Comparar as idéias de cada escola, reconhecendo as diferenças;
- Fazer a aplicação das idéias na economia atual.



Pré-requisitos

Rever os conceitos de recursos de produção e bens e serviços. Também revisar sobre os sistemas econômicos. Esses tópicos estão no tema 01.

Introdução

A economia como prática social existe desde que se formaram os grupos humanos. A noção de produção e troca de bens e serviços é intuitiva. Entretanto, como conhecimento científico é relativamente recente. A obra *Riqueza das Nações*, de autoria de Adam Smith, publicada em 1776 é considerada o marco da economia como ciência. Antes de ser ciência várias idéias foram desenvolvidas.

Na Grécia, Aristóteles criou o termo “oikonomia” no sentido da administração privada e das finanças públicas. Na Idade Média, houve a preocupação com a justiça e a moral, quando foi criada a lei da usura que defendia o lucro justo e condenava os juros altos. O mercantilismo, desenvolvido a partir do século XVI, tinha como idéia fundamental a acumulação da riqueza da nação. Para tanto, o país deveria acumular metais preciosos. A colonização das Américas foi inspirada nas idéias mercantilistas.

Na França, surgiu a fisiocracia. François Quesnay, médico estudioso de economia, escreveu a obra *Quadro Econômico*. Afirmou que a economia deveria funcionar segundo leis naturais, sem intervenção do governo. Considerou a agricultura o setor gerador de riqueza. Para ele, havia três classes sociais: produtores, proprietários e a classe estéril.

No curso de *Fundamentos de Economia*, vamos desenvolver o período considerado científico da economia, ou seja, a partir de Adam Smith, da escola clássica até a escola keynesiana.



Pare e Pense

Qual a importância das idéias econômicas desenvolvidas por Adam Smith, Karl Marx e John Maynard Keynes na atualidade?

Escola Clássica

O conteúdo está desenvolvido por autores e obras, tendo em vista que cada um deles desenvolveu mais algum aspecto específico. Os autores são ingleses, exceto Jean Baptiste Say que era francês.

Adam Smith era professor de filosofia e escritor. Viveu num contexto privilegiado: a Primeira Revolução Industrial. O ambiente era adequado para observar o processo de produção e distribuição de bens e serviços.

Em 1776, foi publicado *A Riqueza das Nações*, um verdadeiro tratado sobre questões econômicas. A seguir será apresentada uma síntese das principais idéias:

- **Princípio do liberalismo:** livre concorrência. Uma “mão invisível” levaria a sociedade à perfeição, em que os agentes econômicos – empresas buscando o lucro máximo e trabalhadores, tentando obter o melhor salário promoveriam o bem-estar de toda a sociedade. O mercado funcionaria como regulador das decisões econômicas.
- **Causa da riqueza das nações:** o trabalho humano. Desenvolveu a teoria do valor-trabalho, atribuindo ao trabalho a criação da riqueza. A divisão do trabalho levaria à especialização dos trabalhadores. O princípio da divisão do trabalho permitiria ao trabalhador desenvolver habilidades. O efeito seria o aumento da produtividade e a necessidade de abertura de novos mercados.
- **Papel do Estado:** proteção da sociedade. Ao Estado caberia o papel de proteger a sociedade, cuidando da segurança e da justiça. Para isso deveria criar obras e instituições que tivessem essas funções. Mas não caberia ao governo intervir nas leis de mercado.



Ricardo não era um acadêmico. Era homem de negócios. Foi operador da Bolsa de Valores de Londres. Foi próspero como negociante. Leu *A Riqueza das Nações* que lhe despertou grande interesse pela Economia. Estimulado por amigos e admiradores, escreveu artigos sobre economia e um livro que se tornou best seller na sua época.

Em 1817, finalizou a obra *Princípios de Economia Política e Tributação*. Eis uma síntese das idéias básicas do livro.

- **Teoria do valor-trabalho:** melhorou a teoria do valor-trabalho de Smith, demonstrando que todos os custos se reduzem aos custos do trabalho.
- **Desenvolvimento econômico:** a acumulação de capital e o aumento da população determinam aumento da renda da terra, mas os rendimentos decrescentes diminuem os lucros, tornando a poupança nula. A economia torna-se estacionária, isto é, sem crescimento econômico. Os salários diminuem, sendo suficientes apenas para subsistência. É um modelo pessimista de desenvolvimento.
- **Comércio Internacional:** analisou o papel do comércio entre as nações como positivo. Criou a Teoria das Vantagens Comparativas. Essa teoria é um modelo que explica os motivos e as vantagens do comércio internacional. O modelo explica que o motivo principal do comércio internacional se baseia na disponibilidade relativa de fatores de produção. O país que tivesse maior disponibilidade de terra, por exemplo, poderia se especializar na produção agrícola com menor custo. O excedente agrícola seria exportado e adquirido os produtos industrializados.

E David Ricardo (1772-1823)? Qual foi a sua contribuição para a Economia ?



Thomas Robert Malthus (1766-1834)

Malthus era membro de família próspera. Foi sacerdote da Igreja Anglicana. Graduiu-se na Universidade de Cambridge, onde recebeu o Máster of Arts Degree e foi aceito como membro pesquisador. Foi professor de História Moderna e Política Econômica no Colégio das Índias Orientais.

A obra de Malthus compreendeu duas publicações. Em 1798, foi publicado *Ensaio sobre a População*. Em 1820, *Princípios de Economia Política*. O que deu maior impacto na sociedade da época foi o Ensaio.

O *Ensaio sobre a População* mostra que os problemas da sociedade estavam relacionados ao excesso populacional. Em termos matemáticos, ele demonstrou que a população crescia em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos crescia numa progressão aritmética.

Com base nesse diagnóstico, Malthus propôs como solução o adiamento de casamentos e a limitação voluntária de filhos. Aceitava a guerra e as doenças endêmicas como processos naturais de controle da população.

Malthus não considerou o desenvolvimento tecnológico que possibilitou o aumento da produção, mas a questão que ele levantou permanece atual.

Jean Baptiste Say (1768-1832)

Em 1803 saiu a obra *Tratado de Economia Política*. Nesse livro, retomou as idéias de Adam Smith sobre a livre concorrência. Sua contribuição principal à economia se expressa na chamada lei de Say. Conforme essa lei, a questão das trocas de mercadorias depende da produção. Na versão popular a lei de Say é expressa assim: “ a oferta cria sua própria procura”. Nesse caso, o aumento da produção resultaria em aumento dos salários e lucros que seriam gastos na compra da produção. Na hipótese do mercado funcionar como regulador da atividade econômica, haveria o ajuste automático entre produção e consumo.

Na crise do sistema capitalista, na década de 30, Keynes demonstrou que a lei de Say não funcionou, pois a suposição de que toda a renda seria gasta no consumo não era verdadeira. Havia os vazamentos da renda como poupança e impostos.

Atividade

Faça uma síntese das idéias econômicas desenvolvidas por Adam Smith, David Ricardo e Robert Malthus, da Escola Clássica.

Comentário Esses autores estudaram como se forma a riqueza, o comércio internacional e a população.



Escola Marxista

Marx estudou Direito em Bonn e Berlim, num ambiente de grande curiosidade intelectual. Posteriormente teve interesse por filosofia, economia e política. Seu primeiro livro sobre economia foram os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. O livro seguinte foi a *Miséria da Filosofia*. Sua obra principal foi *O Capital*. A seguir, serão expostas algumas idéias do Capital.

Marx desenvolveu a teoria do valor-trabalho, que já constava na obra de Smith e de Ricardo. Essa teoria explica que o valor de uma mercadoria tem como base a quantidade de trabalho gasto na sua produção.

O conceito de mais-valia é a novidade da Escola Marxista. A mais-valia representa a diferença entre o valor das mercadorias e o valor pago à força de trabalho. Lucro, juros, aluguel, arrendamento são a expressão da mais-valia. A apropriação do excedente que é a mais-valia, pelos capitalistas, explica o processo de acumulação do capital e as relações entre capitalistas e trabalhadores.

As relações entre capitalistas e trabalhadores chamados de proletários tendem a ser de conflitos. O interesse dos capitalistas é manter e ampliar a mais-valia. Os proletários querem aumentar sua participação na renda, recebendo melhor salário.



Na visão de Marx, o sistema capitalista estava sujeito a crises resultando no seu desaparecimento. Seria substituído por um novo sistema econômico, o socialismo. Já vimos no primeiro tema as características dos dois sistemas.

Atividade

Conceitue mais-valia e descreva como esse conceito explica a natureza das relações entre capitalistas e trabalhadores.



Comentário

Marx observou que o salário pago ao trabalhador era pequeno em relação ao valor das mercadorias que o trabalhador produzia.

Escola Neoclássica

A Escola Neoclássica teve início a partir de 1870 e faz parte de um conjunto de escolas de economia que formularam conceitos e modelos de análise econômica. As principais são a Escola de Viena, a Escola de Lausane e a Escola de Cambridge.

A Escola de Viena ou Escola Psicológica Austríaca teve como principal autor Karl Menger. O inglês William Jevons desenvolveu estudos na mesma linha de pensamento. Essa escola desenvolveu a teoria do valor-utilidade e a teoria da utilidade marginal. A teoria do valor-utilidade enfatiza o lado subjetivo do valor, ou seja, o valor de um está relacionado com grau de satisfação que é capaz de produzir.

A Escola de Lausane ou Escola Matemática, com sede na cidade Suíça de Lausane, teve Leon Walras e Vilfredo Pareto como autores principais. A teoria do equilíbrio geral foi a maior contribuição da escola para a ciência econômica. Essa teoria demonstra a interdependência dos preços no sistema econômico e fez também a distinção entre economia pura e economia aplicada.

A Escola de Cambridge, na Inglaterra, teve como principal autor Alfred Marshall. O livro *Princípios de Economia*, publicado em 1890, é obra de referência dos neoclássicos. As contribuições básicas dessa escola foram:

- **Teoria do consumidor ou teoria do comportamento do consumidor.** Essa teoria explica que o comportamento do consumidor está relacionado com suas preferências e seu orçamento. A decisão de compra do consumidor depende da maximização da utilidade de acordo com as preferências e o orçamento desse consumidor.
- **Teoria marginalista.** O equilíbrio do mercado depende do comportamento da receita marginal e do custo marginal. A receita marginal é o acréscimo da receita quando se produz ou se vende uma unidade. O custo marginal é o custo adicional por unidade produzida.

- **Teoria quantitativa da moeda.** Essa teoria relaciona a quantidade de moeda na economia com os níveis da atividade econômica. Qual a relação entre a quantidade de moeda e a quantidade de bens e serviços?



Atividade

Analise a teoria do valor-utilidade e a teoria da utilidade marginal.

Comentário

Essas teorias são básicas para explicar o comportamento do consumidor.

Escola Keynesiana



John Maynard Keynes (1883-1946) foi o principal representante da escola. Em 1936, foi publicada a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, dando início ao que foi chamado de revolução keynesiana. O impacto do livro foi significativo. O sistema capitalista estava passando por crise que se denominou Grande Depressão. O principal sintoma era a sobra de estoques, portanto crise de superprodução. Os efeitos imediatos foram o aumento do desemprego e a quebra da Bolsa de Nova York. A teoria econômica clássica não conseguia explicar nem oferecer uma solução satisfatória. Foi nesse contexto que a obra de Keynes apareceu. Os aspectos mais relevantes dizem respeito ao diagnóstico e às políticas econômicas indicadas para a solução da crise.

O diagnóstico da teoria clássica afirmava que o problema era temporário e o ajuste seria automático. Com base na lei de Say, a oferta cria sua própria procura, a expectativa era o ajuste espontâneo. Mas isso não aconteceu. O diagnóstico de Keynes inverteu a ordem da oferta e procura. Para Keynes, o nível do emprego é o resultado do nível de produção. O nível de produção é determinado pela demanda agregada. Keynes criou o termo demanda efetiva para indicar a demanda real do mercado.

A solução indicada para a crise foi a intervenção do Estado na economia. Essa participação visava aumentar a demanda efetiva, ampliando a produção e gerando emprego. A forma de intervenção era a política fiscal, a política monetária e investimentos nos setores que a iniciativa privada não tivesse interesse. A política fiscal trata da arrecadação de tributos e dos gastos públicos. A política monetária administra a oferta e o controle da moeda e do crédito. Os investimentos em obras públicas como ferrovias, rodovias, portos, aeroportos ajudariam aumentar o nível da demanda.

Atividade

Keynes defendeu a intervenção do governo na economia. Explique como o governo faz essa intervenção, inclusive no Brasil.



Comentário

A intervenção visa corrigir falha do mercado. A política econômica é a forma de intervenção normal do governo.

Conclusão

Qual era nosso objetivo? Conhecer as idéias das escolas econômicas a partir de Adam Smith. Vimos algumas teorias como a teoria do valor-trabalho e a teoria do consumidor. Também tivemos oportunidade de ver definições como mais-valia e demanda efetiva. Essas teorias e definições podem ser aplicadas no comportamento econômico dos indivíduos e das empresas.

Atividade final

Enumere as principais idéias criadas pelas escolas clássica, marxista e keynesiana.



Comentário

As idéias dos pensadores dessas escolas estão presentes na economia. Observe as diferenças.

Síntese do tema

Foram apresentadas as idéias econômicas desenvolvidas pelas escolas clássica, marxista, neoclássica e keynesiana. A escola clássica, além de vários conceitos, defendeu o liberalismo econômico, o comércio internacional e discutiu a questão da população. A escola marxista aperfeiçoou a teoria do valor-trabalho, criou o conceito de mais-valia e previu as crises do sistema capitalista. A escola neoclássica criou o conceito de utilidade marginal, a teoria do consumidor e outros instrumentos de análise microeconômica. A escola keynesiana criou o princípio da demanda efetiva e defendeu a intervenção do governo no sistema econômico.

Informações sobre o próximo tema

O próximo tema tratará do funcionamento do mercado. Como se trata do mercado na economia de mercado, o funcionamento se explica pelas leis de demanda e oferta. Algumas variáveis que influenciam a demanda e a oferta são o preço, a renda, a tecnologia, a preferência dos consumidores.



Tema 03

Demanda, Oferta e Equilíbrio do Mercado

Meta do tema

Demonstrar como funciona o mercado com base nas leis de demanda e oferta.



Objetivos

O desenvolvimento do tema visa proporcionar a você as seguintes habilidades:

- Conceituar mercado, demanda e oferta;
- Analisar o comportamento da demanda e da oferta;
- Saber demonstrar graficamente as leis da demanda, da oferta e o equilíbrio do mercado.

Pré-requisitos

Revise o conceito de função na matemática. Veja a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes.

Introdução

O campo de estudo da Microeconomia ou Teoria dos Preços é a formação de preços no mercado. A decisão sobre preços e as quantidades a de bens e serviços é resultado da interação entre empresas e consumidores. As leis da demanda e da oferta são modelos de estudo dos preços.

Na análise microeconômica, alguns pressupostos são essenciais. São eles a condição *ceteris paribus*, os preços relativos e os objetivos da empresa.

A hipótese *ceteris paribus* (do latim *coeteris paribus*) significa que na análise de duas variáveis as outras variáveis são consideradas constantes. Exemplo: Sendo a demanda função dos preços e da renda do consumidor, quando se analisa a demanda em função do preço, a renda é considerada constante. Os preços relativos são os preços de um bem ou serviço quando comparados aos preços de outros bens e serviços. Exemplo: Quantas sacas de

soja comprem um alqueire de terra? É o preço relativo da soja em relação à terra.

Os objetivos da empresa na economia de mercado são a maximização do lucro, participação nas vendas do mercado e maximização da margem sobre os custos de produção.

Pare e Pense

Quais os fatores que determinam o aumento ou a redução de preços dos bens e serviços?



Demanda de Mercado

A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de um determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo. (VASCONCELLOS, 2004, p. 38)

As variáveis determinantes da demanda individual de um bem ou serviço são o preço do bem, o preço dos bens substitutos, o preço dos bens complementares, renda do consumidor e a preferência do consumidor. Em linguagem matemática pode ser expresso pela função:

$q_{di} = f(p_i, p_s, p_c, R, G)$, sendo:

q_{di} – quantidade demanda do bem i ;

p_i - preço do bem i ;

p_s – preço dos bens substitutos;

p_c – preço dos bens complementares;

R – renda do consumidor;

G – gosto ou preferência do consumidor.



O que são bens substitutos e bens complementares? Bens substitutos são aqueles que substituem o consumo de outro bem. Exemplo: margarina e manteiga. Os bens complementares são consumidos como complemento de outro bem, por exemplo: combustível sendo o bem complementar e automóvel sendo o bem principal.

Relação entre quantidade demandada e preço do bem: lei geral da demanda [$q_{di} = f(p_i)$].

A relação é inversamente proporcional entre a quantidade demandada e o preço do bem. Então, na função $q_{di} = f(p_i)$, quando p_i aumenta, a tendência de q_{di} é diminuir e quando p_i diminui, a tendência de q_{di} é aumentar. (ver tabela 3.1 e figura 3.1).

Tabela 3.1 – Escala de procura

Alternativas de preço – \$	Quantidade demandada
1,00	12.000
3,00	8.000
6,00	4.000
8,00	3.000
10,00	2.000

Fonte: (VASCONCELLOS, 2004, p. 39)

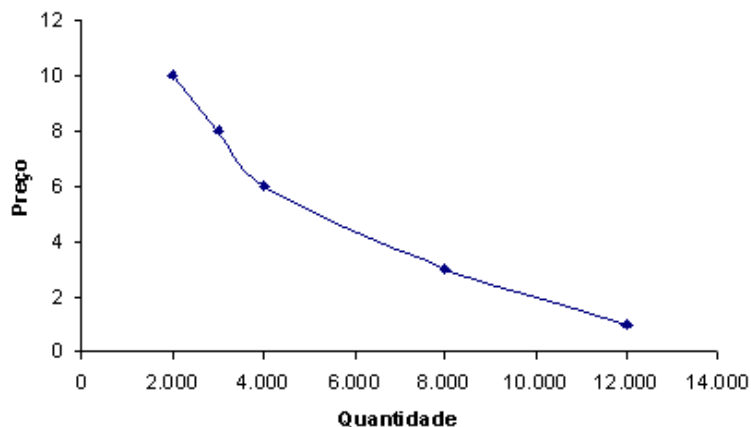


Figura 3.1 – Escala de procura

A curva de demanda é inclinada negativamente devido a dois efeitos:

- **Efeito substituição** – Se um bem x tem um substituto y, quando o preço do bem x aumenta, coeteris paribus, o consumidor adquire o bem substituto y.
- **Efeito renda** – Quando o preço do bem X aumenta e a renda do consumidor permanece constante, há perda do poder real de compra desse consumidor e o efeito é a queda de demanda do bem X.

Relação entre a procura de um bem (q_{di}) e a renda do consumidor (R)

Na função $q_{di}=f(R)$, a relação depende do tipo de bem:

- **Para bens normais:** aumento da renda, R , resulta no aumento da demanda, q_{di} ;
- **Para bens de consumo saciado:** aumento na renda, R , não aumenta a demanda, q_{di} ;
- **Para bens inferiores:** aumento da renda, R , pode reduzir a demanda, q_{di} .

O que são bens normais, bens de consumo saciado e bens inferiores? Bens normais são os bens preferidos pelo consumidor. Bens de consumo saciado são os bens que o consumidor já consome na quantidade necessária.

Bens inferiores são bens não preferidos pelo consumidor. Quando a renda diminui ou é insuficiente, o consumidor adquire bens inferiores.

Relação entre a procura de um bem e o preço dos outros bens [$Q_{di} = f(p_s, p_c)$]

- **Bens substitutos ou concorrentes.** - Na função $q_{di} = f(p_s)$, se p_s aumenta, a tendência de q_{di} é aumentar e, se p_s diminui, a tendência de q_{di} é diminuir.
- **Bens complementares.** - Na função $q_{di} = f(p_c)$, se p_c aumenta, a tendência de q_{di} é diminuir e, se p_c diminui, a tendência de q_{di} é aumentar.

Relação entre a demanda do bem e a preferência ou gosto do consumidor $Q_{di} = f(G)$

Na função $q_{di} = f(G)$, quando há incentivo despertando a preferência do consumidor (G), a tendência é aumentar a demanda, q_{di} . Mas se o produto ou serviço não despertar a preferência do consumidor, a demanda, q_{di} , tende a diminuir.

Atividade

Dada a função demanda é $q_{di} = f(p_i, p_s, p_c, R \text{ e } G)$, explique o comportamento da demanda (q_{di}), nas situações a seguir:

- Se o preço (p_i) dos eletrodomésticos aumentar;
- Quando o preço da passagem de ônibus (p_i) aumenta e a passagem de avião (p_s) diminui;
- Quando a renda (R) dos trabalhadores aumenta, para bens normais.



Comentário

O comportamento da demanda significa o aumento ou a redução dela em função da alteração do preço e da renda.

Da Demanda Individual à Demanda de Mercado

Vamos diferenciar a demanda individual da demanda de mercado de um bem ou serviço. A demanda de mercado é o resultado ou somatório das demandas individuais. Portanto, a cada preço, a demanda de mercado é a soma das demandas individuais. Para ilustrar, vamos examinar o quadro 3.1, a seguir:

Quadro 3.1 – Demanda de mercado do suco de uva (quantidade em litros)

Preço \$	Consumidor A	Consumidor B	Consumidor C	Demanda do Mercado
3,00	8	5	12	25
2,50	12	7	18	37
2,00	16	9	24	49
1,50	20	11	30	61

Fonte: Elaboração do autor deste Caderno de Conteúdos e Atividades

A observação do quadro mostra que ao preço de \$ 3,00, as demandas individuais são: consumidor A, 8 litros; consumidor B, 5 litros e o consumidor C, 12 litros. A demanda de mercado é a soma das demandas individuais, ou seja, 8 litros + 5 litros + 12 litros = 25 litros. Quando o preço diminui para \$ 2,50, \$ 2,00 e \$ 1,50 o processo se repete.

Atividade



Observe o quadro 3.1 e faça a verificação da demanda de mercado quando o preço se altera para \$ 2,50, \$ 2,00 e \$ 1,50. Escolha um produto qualquer e construa um quadro mostrando as demandas individuais e a demanda de mercado.

Comentário

Lembre-se de que a relação entre preço e quantidade é inversa, isto é, quando o preço diminui a demanda tende a aumentar.

Oferta

A lei geral da oferta é a relação em que a quantidade ofertada é diretamente proporcional ao preço. Então havendo aumento de preços, a tendência é aumentar a oferta e vice-versa. “Pode-se conceituar oferta como as várias quantidades que os produtores desejam oferecer ao mercado em determinado período de tempo” (VASCONCELLOS, 2004, p.41).

As variáveis que influenciam a oferta de um bem ou serviço são o preço do bem, o custo dos fatores de produção e a tecnologia.

A função geral da oferta pode ser escrita como:

$Q_{si} = f(p, \pi, T)$, sendo:

Q_{si} – quantidade ofertada do bem i ;

P – preço do bem i ;

Π – custo dos fatores de produção;

T – tecnologia.

A relação entre a quantidade ofertada e o preço do bem é diretamente proporcional. Então, se o preço do bem aumentar, a tendência da oferta é aumentar; se o preço diminuir, a tendência da oferta é diminuir.

A relação entre quantidade oferta e o custo dos fatores de produção é inversamente proporcional. Se o custo dos fatores de produção aumentar, a tendência da quantidade ofertada é diminuir e vice-versa.

A relação entre a quantidade ofertada e a tecnologia é diretamente proporcional. Então, se a tecnologia ou nível tecnológico utilizado reduzir custos, a tendência é aumentar a oferta.

Como ilustração, veja a tabela 3.2 e a figura 3.2.

Tabela 3.2 – **Relação preço e quantidade ofertada**

Preço – \$	Quantidade ofertada
1,00	1.000
3,00	3.000
6,00	6.000
8,00	8.000
10,00	10.000

Fonte: (VASCONCELLOS, 2004, p. 43)

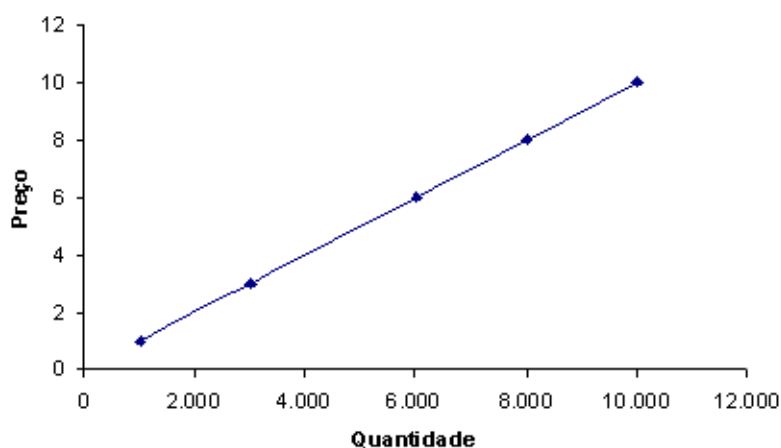


Figura 3.2 – Curva de oferta

Atividade

Imagine um empresário de uma pequena indústria de calçados. Se ele fizer o papel da oferta, como ele se comportaria, nas situações a seguir:

- O preço dos calçados aumentou em média 7%;
- Os salários aumentaram 5% e o preço da matéria prima, 4%;
- Comprou um equipamento que permite aumento da produção em 25% .



Comentário

O comportamento do empresário depende da alteração do preço e dos custos de produção.

Equilíbrio de Mercado

Na economia de mercado, o preço é determinado pela oferta e a procura. Tratando-se do equilíbrio de mercado, é necessário existir o preço de equilíbrio e também a quantidade de equilíbrio. Na prática, é possível demonstrar o equilíbrio utilizando tabela e figura. A tabela 3.3 e a figura 3.3 ilustram esse o equilíbrio econômico numa situação dada.

Tabela 3.3 – Oferta e demanda do bem i

Preço \$	Qdi	Qsi	Mercado
1,00	11.000	1.000	Excesso de procura
3,00	9.000	3.000	Excesso de procura
6,00	6.000	6.000	Equilíbrio entre qdi e qsi
8,00	4.000	8.000	Excesso de oferta
10,00	2.000	10.000	Excesso de oferta

Fonte: (VACONCELLOS, 2004, p. 45)

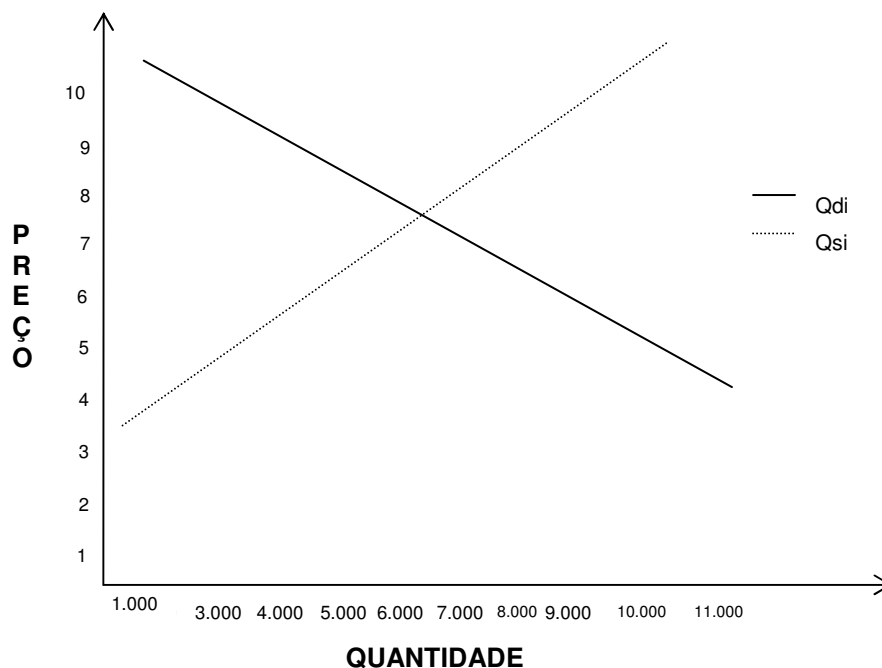


Figura 3.3 – Equilíbrio do Mercado

Análise do equilíbrio

I – quando existir excesso de demanda, compradores se dispõem a pagar mais, e produtores, diante da escassez elevam preços;

II – quando existir excesso de oferta, surgem pressões para os preços serem reduzidos: produtores percebem que não podem vender tudo o que desejam, e compradores percebem a abundância e querem pagar menos.

Atividade

Demonstre graficamente, o equilíbrio do mercado.



Comentário

Desenhe a curva de oferta e a curva de demanda utilizando o mesmo conjunto de eixos (x, y).

Conclusão

Podemos dizer que os objetivos do tema foram alcançados? Quais as maiores dificuldades? Você poderia explicar a diferença entre a lei da demanda e a lei da oferta? Quando ocorre o equilíbrio do mercado? O funcionamento do mercado pode ser explicado pelo modelo das leis de demanda e oferta. A compreensão desse modelo nos ajuda na vida pessoal e nos negócios. Podemos ainda dar uma ajudinha para parentes e amigos.

Atividade final

Na economia capitalista, a economia funciona conforme as leis da demanda e da oferta. Mostre como essas leis funcionam nas situações a seguir:

- O comportamento da demanda quando o preço aumenta;
- O comportamento da oferta quando o preço diminui;
- O comportamento da demanda quando a renda aumenta;
- O comportamento da oferta quando o custo da mão de obra aumenta;
- O comportamento da oferta quando o preço do produto diminui.



Comentário

Comportamento da demanda e da oferta significa que a demanda e a oferta podem aumentar ou diminuir.

Síntese do tema

Nesta unidade, estudamos o funcionamento do mercado. Esse funcionamento é baseado na lei de oferta e lei da demanda. As variáveis que se relacionam com a demanda são o preço, a renda e a preferência dos consumidores. As variáveis que influenciam a oferta são o preço, o custo da mão-de-obra e do capital e a tecnologia. Para analisar o comportamento da demanda e da oferta, é necessário analisar a relação entre cada variável e a demanda ou a oferta. Finalmente, o equilíbrio do mercado é o resultado da interação entre demanda e oferta. O equilíbrio do mercado é aquela situação em que preço e quantidade atendem o interesse de vendedores e compradores.

Informações sobre o próximo tema

Na próxima aula, vamos analisar a produção, os custos e o lucro. Veremos como podemos saber se a mão-de-obra e o capital estão bem utilizados. Também, estudaremos o comportamento dos custos totais, médios e marginais. Ainda, vamos verificar como se calcula o lucro e quando este é máximo.

Tema 04



Produção, Custos e Lucro

Meta do tema

Analisar o sistema de produção e custos da firma.

Objetivos

O estudo do tema pretende desenvolver em você habilidades para:

- Conceituar produção, função de produção e custos;
- Calcular produtividade média e marginal e custos;
- Explicar a diferença entre custo de oportunidade e custos contábeis, lucro normal e lucro extraordinário;
- Demonstrar graficamente as curvas de custo.



Pré-requisitos

Você deve rever o conceito de função na matemática. Melhore suas habilidades de cálculo e uso de máquina calculadora.

Introdução

Num dia da semana, você vai ao supermercado fazer suas compras. Lá estão muitos produtos disponíveis para venda, prontos para serem consumidos. Quando você está escolhendo os produtos e quando chega ao caixa sua preocupação é com o preço de cada produto e o total. Outras questões de natureza econômica se relacionam com a disponibilidade de compra dos produtos. Como foram produzidos? Quanto custou a produção? A teoria da oferta da firma individual apresenta conceitos e modelos que possibilitam uma resposta. Essa teoria estuda o processo de produção e a formação dos custos na fabricação de bens e serviços.

Neste capítulo, estudaremos a produção do ponto de vista da economia. Esse estudo permitirá verificar se os fatores de produção foram utilizados de forma a obter o melhor resultado. Também analisaremos os custos e como o lucro pode ser maximizado.

Para e Pense



Como posso saber se a utilização da mão-de-obra e o capital alcançaram bons resultados no processo produtivo? Você terá como saber neste tema.

Produção

Produção é o processo de transformação dos fatores de produção em bens ou serviços. Os fatores de produção terra (recursos naturais), trabalho (mão-de-obra), capital (equipamentos, instalações...) e tecnologia (processos de produção) são combinados em quantidades adequadas na fabricação dos produtos. A opção por um ou outro método de produção depende da eficiência do método. A eficiência é tecnológica e econômica.

A eficiência tecnológica de um método de produção é avaliada pela quantidade de fatores utilizados na produção. Quando se comparam métodos de produção é mais eficiente o que atinge um nível de produção com menos insumos. A eficiência econômica é medida pelos custos de produção. O método de produção que tem menor custo é mais eficiente em termos econômicos.

Função de Produção

“Podemos conceituar a função de produção como a relação que indica a quantidade máxima que se pode obter de um produto, por unidade de tempo, a partir da utilização de uma determinada quantidade de fatores de produção e mediante a escolha do processo de produção adequado”. (PASSOS; NOGAMI 2003, p. 223).

A forma funcional da função de produção é expressa assim:

Quantidade de produto = f (quantidade de fatores de produção) ou

$q = f (x_1, x_2, x_3, \dots, x_n)$, sendo:

q – quantidade de produto-

f – função de

$x_1, x_2, \dots, x_n$ - quantidade dos fatores de produção

A forma da função de produção simplificada para análise é:

$q = f (N, K)$, sendo:

q – quantidade de produto

f – função de

N – trabalho (mão-de-obra)

K – capital (infra-estrutura).



Fatores de produção fixos e variáveis – curto e longo prazo

São considerados fatores de produção fixos os fatores que a quantidade utilizada na produção não se altera quando a quantidade de produto aumenta ou diminui. São considerados fatores de produção fixos as instalações físicas, os equipamentos, tecnologia.

Os fatores de produção variáveis são os fatores que alteram a quantidade utilizada quando a quantidade de produto aumenta ou diminui. O principal fator variável na produção é a mão-de-obra.

No processo de produção, o curto prazo é quando existe pelo menos um fator de produção fixo. Geralmente o fator fixo é a terra ou o capital. No longo prazo, todos os fatores de produção são variáveis, mão-de-obra e capital.

Atividade

Explique como a eficiência tecnológica e a eficiência econômica influenciam a escolha do método de produção.



Comentário

A eficiência na produção é medida pela quantidade de fatores utilizados e pelos custos.

Análise a Curto Prazo (um fator variável e um fixo)

Vamos fazer a análise de curto prazo, considerando apenas a mão-de-obra e o capital.

A função de produção é representada algebricamente por:

$$q = f(N, K), \text{ sendo:}$$

q – quantidade

f – função de

N – mão-de-obra (fator variável)

K – capital (fator fixo)

O nível de produção depende apenas das alterações na quantidade utilizada de mão-de-obra (fator variável).

Definições relativas aos elementos da função de produção

Produto total é a quantidade do produto obtida com a utilização do fator variável (mão-de-obra), sendo os demais fatores fixos (capital).

$$\text{Produto total} = q$$

Atenção!



Produtividade média do fator é o resultado do quociente do produto total pela quantidade utilizada do fator. Assim, podemos calcular a produtividade média da mão-de-obra e do capital.

Produtividade média da mão de obra (PMeN) = produto total / número de trabalhadores.

Produtividade média do capital (PMeK) = produto total / número de máquinas, equipamentos.

Produtividade marginal do fator é a relação entre a variação do produto total e a variação da quantidade utilizada do fator. Podemos calcular a produtividade marginal da mão-de-obra e do capital, com as fórmulas:

Produtividade marginal do trabalho (PMgN) = variação do produto total / variação da mão-de-obra.

Produtividade marginal do capital (PMgK) = variação do produto total / variação do capital.

A tabela 4.1 e as figuras 4.1 e 4.2 ilustram os conceitos acima.

Tabela 4.1 – Produto total, produtividade média e marginal do fator variável.

Terra (fixo) (alqueires) (1)	Trabalho (variável) Mil (2)	Produto total Toneladas (3)	PmeN Produto total / N 4	PmgN Variação de PT/ Variação de N (5)
10	1	6	6,0	6
10	2	14	7,0	8
10	3	24	8,0	10
10	4	32	8,0	8
10	5	38	7,6	6
10	6	42	7,0	4
10	7	44	6,2	2
10	8	44	5,4	0
10	9	42	4,6	-2

Fonte: VASCONCELLOS, 2004, p. 62

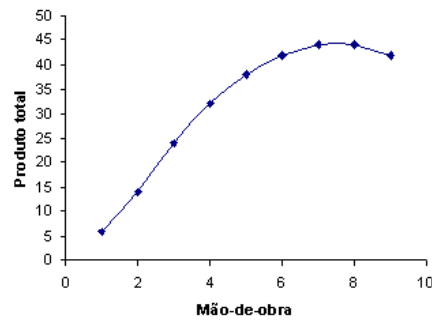


Figura 4.1 – Produto total

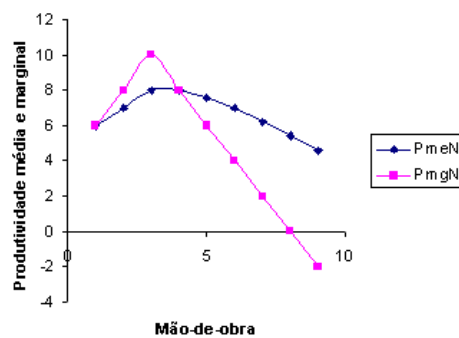


Figura 4.2 – PMe e PMg

Lei dos Rendimentos Decrescentes

“Elevando-se a quantidade do fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção inicialmente aumentará as taxas crescentes; a seguir, depois de certa quantidade utilizada do fator variável, continuará a crescer, mas a taxas decrescentes...” (VASCONCELLOS, 2004, p. 62).

Essa definição está demonstrada na tabela 4.1 com relação ao fator mão-de-obra. Na tabela, o fator capital é fixo em 10 unidades. O fator mão-de-obra é variável, de 1 a 9 unidades. Qual foi o comportamento da produtividade média e da produtividade marginal do fator trabalho? Quando a mão-de-obra passou de uma para duas unidades, a produtividade média aumentou de 6 para 7, e a produtividade marginal, de 6 para 8. Quando a mão-de-obra aumentou para 3 unidades, a produtividade média aumentou de 7 para 8, e a produtividade marginal, de 8 para 10. Quando foi admitido o trabalhador número 4, a produtividade média continuou em 8, e a produtividade marginal diminuiu de 10 para 8. Quando o trabalhador número 5 foi admitido, a produtividade média diminuiu para 7,6, e a produtividade marginal, para 6.

Examinando a tabela, constatamos que as produtividades média e marginal continuam decrescendo.



Qual o significado desses resultados? Há uma quantidade ideal de capital e mão-de-obra? Os resultados demonstram que a relação entre a quantidade de fator fixo e o fator variável indicam o nível de produção para o uso eficiente dos fatores. Na tabela, qual o melhor nível de produção?

Certamente o nível de produção ideal são 32 toneladas, quando a produtividade média e produtividade marginal foram iguais. Outro nível de produção acima deste significa uso ineficiente dos fatores, com as produtividades média e marginal decrescente.

A lei dos rendimentos decrescentes pode ser verificada em qualquer empreendimento, agropecuário, industrial ou serviços.

Atividade



Observe a evolução do produto total, da produtividade média e da produtividade marginal na tabela 4.1. Veja que no início o crescimento do produto total, da produtividade média e da produtividade marginal foi maior, chegando a um ponto máximo e decrescendo em seguida. É a lei dos rendimentos decrescentes. Crie outro exemplo e construa a tabela com dados hipotéticos.

Comentário

Na construção da tabela, observe a lei dos rendimentos decrescentes. Esta lei afirma que quando o fator capital é fixo e o fator trabalho variável, a produtividade cresce até o limite de utilização do fator capital. A partir desse limite, a produtividade é decrescente.

Análise a longo prazo

Na análise da produção a longo prazo, os fatores mão-de-obra e capital são variáveis. A função de produção é a mesma do curto prazo, ou seja:

$$q = f (N, K)$$

A análise da produção introduz o conceito de rendimentos de escala. Esses rendimentos podem ser crescentes, constantes e decrescentes. Vejamos cada um deles.

- **Rendimentos crescentes de escala ou economias de escala** ocorrem quando a variação na quantidade do produto é proporcionalmente maior que a variação na quantidade utilizada de fatores. Vamos supor um

aumento de 5% em mão-de-obra e capital e o resultado seja aumento de 10% no produto.

- **Rendimentos constantes de escala** se verificam quando a variação do produto é idêntica à variação da quantidade de fatores. Suponhamos um aumento de 7% nos recursos produtivos e o aumento do produto seja também de 7%.
- **Rendimentos decrescentes de escala** significam que a variação do produto é menor que a variação dos fatores de produção utilizados. Por exemplo, se os fatores de produção forem aumentados em 12% e o aumento do produto for de 10%.

Atividade

Suponha que você está analisando um projeto para implantar uma empresa e tenha três opções de utilização de mão-de-obra e capital. Sua análise indicou que, na primeira opção com um acréscimo de recursos de 12%, você obteria um aumento no produto de 15%. Na segunda opção, um acréscimo de 9% nos recursos resultaria num acréscimo de 7% no produto. E a terceira opção o resultado foi idêntico, ou seja, para um acréscimo de 10% nos recursos, você obteria um acréscimo de 10% no produto. Qual a melhor opção? Justifique sua resposta.



Comentário

A escolha da opção deve ser a que tenha o melhor resultado. Esse resultado está associado à escala crescente de produção.

Custos

O objetivo básico da firma é a maximização dos resultados. As condições essenciais para que haja a maximização dos resultados são que aconteça simultaneamente a maximização da produção e a minimização dos custos. O nível de produção que maximiza os resultados nós vimos no item anterior. Agora veremos a análise dos custos. Inicialmente façamos a distinção entre custos de oportunidade e custos contábeis.

Custos de Oportunidade e Custos Contábeis

Custos de oportunidade, também denominados custos implícitos ou custos alternativos, são custos que se referem à utilização dos recursos produtivos. Vejamos algumas situações. Suponhamos que a firma utilize prédio de sua propriedade. Ela não paga aluguel, e o custo de oportunidade é o valor do aluguel que ela deixa de pagar. Outra situação é o estoque de matéria-prima. O custo de oportunidade é o juro que renderia o valor pago na aquisição do estoque. Ainda podemos considerar custo de oportunidade o trabalho do

proprietário da firma. O custo de oportunidade é o salário que ganharia num emprego. O custo de oportunidade se caracteriza por não haver desembolso, ou seja, pagamentos pela firma.

Custos contábeis, também chamados de custos explícitos, referem-se a despesas e envolve desembolso monetário, isto é, pagamentos. Por exemplo, o pagamento de salários, encargos sociais, tributos, taxas de energia, telefone são custos contábeis.

Externalidades ou Economias Externas

A diferença entre a abordagem contábil e a econômica mostra a distinção entre avaliação privada e avaliação social de projetos de investimento. A avaliação privada é específica da empresa. A avaliação social considera os custos e os benefícios que resultam da atividade produtiva.

Para exemplificar a avaliação privada e a avaliação social, imaginemos uma indústria de sabão. Nesse caso, há o custo financeiro para a indústria e os custos sociais como resultado da poluição do meio ambiente. Também o desmatamento tem custos financeiros para a empresa; perdas no sistema ecológico constituem-se um custo social.

Externalidades ou economias externas são as alterações de custos e benefícios para a sociedade em função da produção. As externalidades podem ser positivas ou negativas. Um sistema de transporte eficiente é uma externalidade positiva. Uma indústria poluidora do meio ambiente é uma externalidade negativa. Para a empresa, são alterações de custos e receitas, devido a fatores externos. Um fator externo que se torna uma externalidade positiva para as empresas é uma boa infraestrutura de energia, transportes, saneamento entre outros.

Atividade

Você está avaliando um projeto de investimento. A localização para implantação do projeto é boa em relação a transporte, energia e mercado. Você está diante de uma externalidade positiva ou negativa? Justifique sua resposta.



Comentário

Os fatores externos podem atuar de maneira positiva ou negativa na implantação de um projeto.

Custos de Produção

Os custos de produção são classificados em custos totais, custos médios e custos marginais. Os custos totais e os custos médios podem ser fixos e variáveis. Vejamos os conceitos e como são calculados os custos.

Custo Total

Custo total (CT) é o total das despesas pagas pela firma para obtenção do produto total. Divide-se em custos variáveis totais e custos fixos totais. Então:

$$CT = CVT + CFT$$

Custos variáveis totais (CVT) são a parcela do custo total que tem variação quando a produção aumenta ou diminui. Os custos variáveis são salários pagos na produção e respectivos encargos sociais, taxa de energia utilizada na produção, matéria-prima. A fórmula para calcular o custo variável total é:

$$CVT = CVMe \times q$$

Custos fixos totais (CFT) são os gastos totais com fatores fixos de produção. O custo fixo se refere aos salários da administração, aluguel, energia das áreas administrativas, conservação, seguros, depreciação, etc. A fórmula para seu cálculo é:

$$CFT = CFme \times q$$

Custos médios e custos marginais

Custo total médio ou custo unitário (CTMe ou Cme) é o custo por unidade de produto. Custo total médio é igual a divisão do custo total pela quantidade produzida, ou seja:

$$CTMe = CT / q$$

Custo variável médio (CVMe) é o custo variável por unidade produzida. Portanto, o custo variável médio é igual ao custo variável total dividido pela quantidade de produto. Assim:

$$CVMe = CVT / q$$

Custo fixo médio (CFMe) é o custo fixo por unidade produzida. É calculado dividindo-se o custo fixo total pela quantidade produzida. Portanto:

$$CFMe = CFT / q$$

Custo marginal (CMg) é a variação do custo total quando há variação de uma unidade de produto. Para efetuar o cálculo, divide-se a variação do custo total pela variação de uma unidade de produto. Portanto:

$$CMg = \Delta CT / \Delta q ; \Delta \text{ (delta) é o símbolo de variação na matemática.}$$

A tabela 4.2 e as figuras 4.3 e 4.4 ilustram os custos de produção.

Tabela 4.2 – Custos de Produção

Q	CFT	CVT	CT	CFMe	CVMe	CTMe	CMg
0	10,00	0	10,00	-	-	-	-
1	10,00	5,00	15,00	10,00	5,00	15,00	5,00
2	10,00	8,00	18,00	5,00	4,00	9,00	3,00
3	10,00	10,00	20,00	3,33	3,33	6,67	2,00
4	10,00	11,00	21,00	2,50	2,75	5,25	1,00
5	10,00	13,00	23,00	2,00	2,60	4,60	2,00
6	10,00	16,00	26,00	1,67	2,67	4,33	3,00
7	10,00	20,00	30,00	1,43	2,86	4,28	4,00
8	10,00	25,00	35,00	1,25	3,13	4,38	5,00
9	10,00	31,00	41,00	1,11	3,44	4,56	6,00
10	10,00	38,00	48,00	1,00	3,80	4,80	7,00
11	10,00	46,00	56,00	0,91	4,18	5,09	8,00

Fonte: VASCONCELLOS, 2004, p. 68

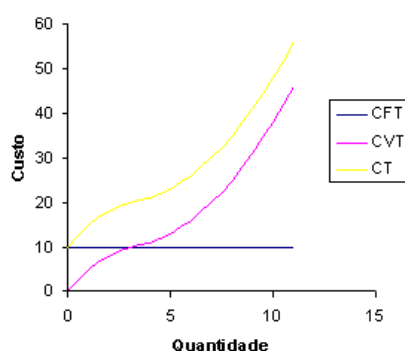


Figura 4.3 – Custos totais

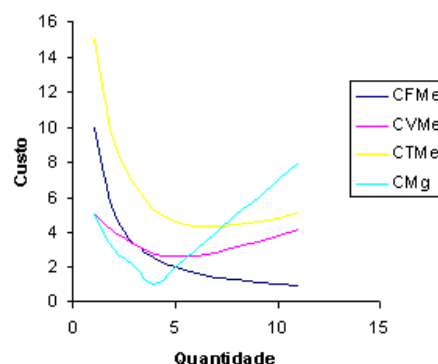


Figura 4.4 – Custos médios e marginais

A tabela 4.1 e as figuras 4.2 e 4.3 demonstram o comportamento dos custos de produção a curto prazo.

Custos a longo prazo

A longo prazo, todos os fatores de produção são considerados variáveis, inclusive o tamanho da empresa. Assim, os custos correspondem aos custos variáveis, visto que não existem custos fixos.

Atividade

Liste e classifique os custos de produção da firma.



Comentário

A classificação dos custos está relacionada com o tipo de recurso utilizado, ou seja, recurso fixo ou recurso variável.

Lucro

Na economia de mercado e principalmente na visão dos neoclássicos, o objetivo maior da firma é a maximização dos lucros, tanto a curto como a longo prazo. Para o desenvolvimento deste item, vejamos os conceitos de lucro total, receita total, custo total, receita marginal e custo marginal.

Lucro total = receita total (-) custo total ou $LT = RT (-) CT$.

Receita Total (RT) é o resultado de receita média (RMe) x quantidade (q), ou seja:

$$RT = RMe \times q$$

Custo Total (CT) = custo fixo total (CFT) + custo variável total (CVT)
ou **$CT = CFT + CVT$**

Receita Marginal (RMg) = variação da receita total / variação de uma unidade vendida.

Custo Marginal (CMg) = variação do custo total / variação de uma unidade produzida.

Para maximizar o lucro, o nível de produção deve satisfazer as condições:

- A diferença entre receita total e custo total seja máxima;
- Receita marginal (RMg) = custo marginal (CMg)

Conclusão

Você conseguiu alcançar os objetivos do tema? Qual a dúvida? Você teve mais dificuldade nos conceitos ou nos cálculos? Lembre-se de que esse tema vai lhe ajudar decidir sobre como utilizar de maneira eficiente mão-de-obra e capital. Também vai lhe possibilitar medir os resultados da firma.



Atividade final

Uma escola atende alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os dados da escola em 2005 podem ser observados na tabela abaixo.

Calcule o lucro da escola em 2005.

Alunos	Quantidade	Receita média (R\$)	Custo fixo médio (R\$)	Custo variável médio (R\$)
Educação infantil	300	200,00	40,00	100,00
Ensino fundamental	450	250,00	50,00	125,00
Ensino médio	350	300,00	60,00	150,00

Comentário

Para chegar ao resultado, verifique as fórmulas para calcular lucro, receita total, custo fixo total, custo variável total e custo total.

Síntese do tema

O tema estudado foi produção, custos e lucro. Começamos estudando a função de produção. Depois calculamos a produtividade média e a produtividade marginal. A seguir conceituamos e aprendemos calcular os custos totais, médios e marginais. Também analisamos a diferença entre custo contábil e custo de oportunidade, lucro contábil e lucro normal da firma. Aprendemos calcular o lucro da firma baseado na receita média, custo fixo médio e custo variável médio, quando se conhece o nível da produção.

Informações sobre o próximo tema

Quando estudamos o mercado e seu funcionamento o modelo é o mercado competitivo ou concorrência perfeita. Na próxima aula, vamos melhorar nosso conhecimento sobre a concorrência perfeita e conhecer outros modelos como monopólio, oligopólio, concorrência monopolística, monopsonio, oligopsonio e monopólio bilateral.

Tema 05



Estruturas de Mercado

Meta do tema

Descrever as estruturas básicas do mercado na economia capitalista.

Objetivos

No estudo do tema, você deverá desenvolver habilidades para:

- Descrever as características dos modelos ou estruturas de mercado;
- Explicar a condição de maximização de resultado da firma na concorrência perfeita e no monopólio;
- Demonstrar graficamente o equilíbrio do mercado e da firma na concorrência perfeita.



Pré-requisitos

Rever as leis de demanda e oferta. Também dar uma recordada no tema sobre produção, custos e maximização de lucros.

Introdução

No estudo dos temas 03 e 04 sobre demanda, oferta, produção e custos não fizemos distinção entre os tipos de mercado. O mercado que funciona segundo as leis da demanda e da oferta é denominado de concorrência perfeita ou mercado competitivo. Neste tema veremos que existem outras estruturas de mercado.

As estruturas de mercado dependem do número de empresas produtoras, homogeneidade ou diferenciação dos produtos e existência ou não de barreiras à entrada de novas empresas.

No mercado de bens e serviços, as estruturas de mercado são: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística.

No mercado de fatores de produção, as formas de mercado são a concorrência perfeita, o monopsônio, o oligopsônio e o monopólio bilateral.

O que são
Mercados de Bens
e Serviços?



Em qualquer das estruturas de mercado, supõe-se que as empresas maximizam o lucro total. No caso do oligopólio, a empresa maximiza o mark-up, que é a margem entre receitas e custos diretos (ou variáveis) de produção.

Pare e Pense

Quais as diferenças entre uma empresa no mercado competitivo e uma empresa monopolista?

Concorrência Perfeita

Nesse modelo de mercado, as hipóteses básicas são:

- Existência de grande número de compradores e vendedores;
- Os produtos são homogêneos, substitutos perfeitos entre si;
- Livre entrada e saída de empresas, não havendo barreiras legais ou econômicas;
- Transparência de mercado, sendo as informações do mercado conhecidas de todos.

Quais firmas podem ser classificadas neste modelo de mercado? Certamente a maioria das micro, pequenas e médias empresas agrícolas, industriais ou de prestação de serviços fazem parte do modelo. Não pertencem à concorrência perfeita, as pequenas empresas de alta tecnologia com produto diferenciado.

A formação do preço na concorrência perfeita é feita pelo mercado. Nenhuma firma individualmente tem poder para determinar preços. Na figura 5.1, podemos verificar o equilíbrio do mercado e da firma, mostrando que o preço praticado pela firma é o preço de mercado.

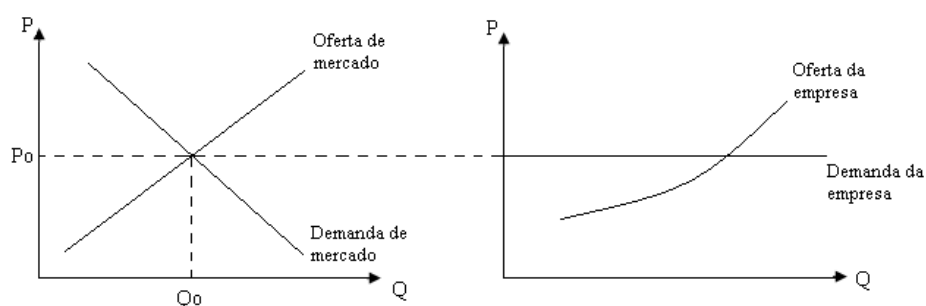


Figura 5.1 – Equilíbrio do mercado e da firma na concorrência perfeita

A curva de demanda da firma é uma reta paralela ao eixo das quantidades, mostrando que o preço é estabelecido pelas forças de mercado. Nenhuma firma, isoladamente, tem condições de alterar o preço de mercado.

Atividade

Descreva as características básicas do mercado na concorrência perfeita.



Comentário

As características se referem ao número de vendedores e compradores, o produto e a transparência do mercado.

Monopólio

O monopólio é uma situação de mercado completamente oposta ao mercado competitivo. Neste modelo, existe um só produtor e o produto não tem substituto próximo. Outra diferença é que há barreiras à entrada de novas empresas.

A curva de demanda da firma monopolista é a própria curva de demanda do mercado, pois a firma é única no mercado. O monopolista tem poder de mercado, ou seja, determina o preço de equilíbrio. Esse preço de equilíbrio depende de sua capacidade de produção: quando aumenta a oferta, o preço de mercado diminui, e quando reduz a oferta o preço aumenta. A curva de demanda é inclinada negativamente, conforme a figura 5.2.



Figura 5.2 – Curva de demanda do monopólio

Uma característica do monopólio é a existência de barreiras à entrada de outras empresas. Como isso acontece na prática? Quais mecanismos econômicos são utilizados? As barreiras à entrada de novas empresas são situações e condições de mercado, como:

- Existência de monopólio puro ou natural, quando as empresas operam com grandes plantas industriais, grande economia de escala e custos unitários baixos, exigindo grandes investimentos;
- Registro de patente, sendo a empresa a única detentora de tecnologia e direito de uso;

Atenção!!!



- Controle de matérias-primas básicas e estratégicas, como bauxita, urânio, petróleo, alumínio;
- Existência de monopólios institucionais ou estatais, em setores estratégicos da economia;

As empresas monopolistas realizam lucros extraordinários a curto e a longo prazo. Isso é possível pela inexistência de empresas concorrentes e as barreiras para entradas de outras empresas.

Atividade

Descreva como o monopólio impede a entrada de outras empresas no mercado.

Comentário

As barreiras são impostas com mecanismos como o uso de patentes e controle de matérias-primas estratégicas.

Oligopólio

O oligopólio é um modelo de estrutura de mercado comum nas economias capitalistas. O que caracteriza o modelo é a existência de poucas firmas, produto homogêneo ou diferenciado e barreiras para entrada de outras empresas.

A economia brasileira tem vários setores oligopolizados. Entre esses setores podem ser relacionados as montadoras de veículos, a indústria de bebidas, indústria do aço.

Nas firmas oligopolistas, a decisão sobre quantidade a ser ofertada e preços funciona na forma de cartel ou liderança preço. No cartel, os produtores se organizam de maneira formal ou informal para tomar decisões. Na maioria dos países, o cartel é proibido, inclusive no Brasil. Quando atua na forma de liderança de preços, uma firma reconhecida como líder fixa o preço e as empresas lideradas adotam o preço fixado. No Brasil, a indústria de bebidas adota essa forma de decisão.

Atividade

Liste alguns setores da economia brasileira considerados oligopólios.

Comentário

Os oligopólios são setores com grandes empresas que determinam seus preços.



Concorrência Monopolística

Este modelo de mercado tem características do mercado competitivo e do monopólio. O modelo se caracteriza pela existência de grande número de empresas que ofertam produtos diferenciados, mas sendo substitutos próximos. Podem ser citados perfumes, aparelhos de televisão, automóveis, produtos farmacêuticos. Sempre há alguma diferenciação.

A diferenciação pode estar nas características físicas do produto, como composição química, no design, na embalagem, no nome comercial, no atendimento, brindes, pós-venda.

Como existem produtos substitutos no mercado, a margem de manobra para fixação de preços é pequena.

O equilíbrio da firma, ou seja, o nível de produção e vendas que maximiza o resultado é o mesmo do mercado competitivo e do monopólio. Qual é a condição de maximização do lucro naquelas situações? Tente lembrar. Aqui vai um lembrete para ajudar: depende da receita marginal e do custo marginal.

Atividade

Descreva como ocorre a diferenciação de produtos na concorrência monopolística.



Comentário

A diferenciação está em detalhes utilizados pelas empresas, tais como: embalagem e marca.

Mercado de Fatores de Produção

A demanda por fatores de produção é chamada de demanda derivada. Demanda derivada porque o mercado de fatores depende da demanda do mercado de bens e serviços. Por exemplo, a demanda de adubos na agricultura, depende da demanda por produtos agrícolas. Se a demanda de produtos agrícolas cai, a tendência é cair a demanda por adubo.

No mercado de fatores de produção, as estruturas de mercado são a concorrência perfeita, o monopsônio, o oligopsônio e o monopólio bilateral.

Concorrência Perfeita

No mercado de trabalho, a concorrência perfeita é o mercado em que a oferta de fator de produção é abundante como a mão de obra não qualificada. Supondo que a oferta de mão de obra é em grande quantidade, o salário pago ao trabalhador não qualificado é baixo.

No mercado de capitais, quando há excesso de oferta de fatores, a tendência é diminuição de preços. Também quando há excesso de demanda, os preços tendem a subir.

Monopsônio

Existe monopsônio quando só há um comprador. É o inverso do monopólio quando há só um vendedor. Suponhamos, no mercado de trabalho que uma empresa se instale num local bem interiorana e seja a única empregadora. Essa empresa se caracteriza como um monopsônio. Vamos supor, ainda, que um laboratório fabrique um tipo de vacina que só o Ministério da Saúde seja o comprador. Então o Ministério funciona como um monopsônio.

Oligopsônio

O que caracteriza o oligopsônio é haver poucas empresas compradoras do produto ou serviço. É o mercado de insumos em que há poucos compradores que negociam com muitos vendedores. Vamos supor uma cidade onde haja dois laticínios e centenas de produtores de leite. Os laticínios são oligopsônios. Outra situação que caracteriza oligopsônio é na indústria de autopeças e montadoras de veículos. Pode haver dezenas de indústria de autopeças e poucas montadoras de veículos.

Monopólio Bilateral

Ocorre o monopólio bilateral quando há um monopólio e um monopsônio. Vamos supor que exista apenas um laboratório que fabrique determinada vacina, é o monopólio na fabricação. Suponhamos também que apenas o governo compre essas vacinas, é o oligopsônio. Essa situação se caracteriza como monopólio bilateral.

Atividade

Enumere as características do monopsônio e do oligopsônio.

Comentário

Essas estruturas de mercado opõem-se ao monopólio e oligopólio.

Conclusão

Vamos avaliar se nossos objetivos foram alcançados. O proposto foi descrever as diversas estruturas de mercado, analisar a condição de maximização dos resultados da firma e demonstrar graficamente o equilíbrio do mercado e da firma na concorrência perfeita. Você se sente capacitado para descrever as características da concorrência perfeita e do monopólio? Qual a



condição básica de maximização de resultados da firma em qualquer estrutura?

Atividade final

Explique as diferenças na formação dos preços na concorrência perfeita, no monopólio, no oligopólio e na concorrência monopolística.



Comentário

A decisão sobre preços pode ser tomada pelo mercado ou pela firma, dependendo da estrutura de mercado.

Síntese do tema

Foram descritas as características das diversas estruturas de mercado. Foi analisada a condição de equilíbrio nos diversos modelos de mercado. Outro assunto estudado foi quando as empresas têm lucro normal e lucro extraordinário.

Informações sobre o próximo tema

O próximo tema dará início ao estudo da macroeconomia. Começaremos com a contabilidade social. Vamos aprender calcular produto, renda e despesa nacional. Também vamos diferenciar Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto.



Tema 06

Contabilidade Social

Meta do tema

Conceituar e demonstrar como são calculados o produto, a renda e a despesa nacional.



Objetivos

Esse tema pretende desenvolver em você as seguintes habilidades:

- Conceituar produto, renda e despesa nacional;
- Diferenciar produto a custo de fatores e produto a preço de mercado;
- Calcular produto, renda e despesa nacional, renda disponível e carga tributária líquida;
- Demonstrar a diferença entre produto interno bruto e produto nacional bruto.

Pré-requisitos

Rever as operações básicas da aritmética. Revisar os conceitos de fatores de produção e preços, estudados no tema 01.

Introdução

O tema de hoje e os demais até o final do curso tratarão de assuntos relacionados com a macroeconomia. Ela estuda o comportamento dos agregados macroeconômicos. O que significa agregado? Para tentar explicar, vamos usar a variável preço. Preço é o valor pago por um bem ou serviço. O índice geral de preços se refere a uma média de todos os preços a nível nacional. Por exemplo, o índice nacional de preços ao consumidor, o INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, é um valor agregado. Os principais agregados macroeconômicos são o produto, a renda e a despesa nacional.

A análise macroeconômica estuda o comportamento dos agregados macroeconômicos, focalizando a sua evolução (ex ante). Ainda usando o PIB, o crescimento projetado para 2006 é de 3,5%. É uma projeção.

A Contabilidade Social é o registro contábil da atividade produtiva de um país num período de tempo, geralmente um ano. Define e mede os principais agregados macroeconômicos, considerando valores já realizados (ex post). O Produto Interno Bruto (PIB) de 2005 foi de R\$ 1 trilhão, 938 bilhões, divulgado pelo IBGE, é um exemplo.

Pare e Pense

Qual a diferença entre produto, renda e despesa nacional?



Sistemas de Contabilidade Social

Os principais sistemas de contabilidade social são o sistema de contas nacionais e a matriz de relações intersetoriais.

O sistema de contas nacionais utiliza o método das partidas dobradas, discriminando as transações entre os agentes macroeconômicos: famílias, empresas, governo e setor externo.

A matriz de relações intersetoriais (insumo-Produto ou Leontief) registra também as transações intersetoriais. O sistema de contas nacionais é o mais utilizado. Neste curso, será estudado o sistema de contas nacionais.

Princípios Básicos das Contas Nacionais

No levantamento de dados e cálculo dos agregados macroeconômicos, devem ser observadas algumas normas:

- São consideradas apenas as transações com bens e serviços finais. Não entram no cálculo bens e serviços intermediários, como matéria-prima e outros componentes da produção;
- Só é calculada a produção corrente do próprio período. As transações com bens produzidos em períodos anteriores não são consideradas;
- A moeda é a unidade de medida, permitindo a agregar o valor de bens e serviços diferentes;
- Os valores das transações financeiras não são registrados. A movimentação financeira de depósitos, financiamentos, negócios em Bolsa de Valores etc. são considerados apenas transferências e não acréscimo no produto.

Atividade

Explique a diferença entre contabilidade social e teoria macroeconômica.

Comentário

Lembre-se de que uma trata de valores realizados e a outra da projeção.



Economia Fechada sem Governo: Famílias e Empresas

Numa economia fechada, sem governo, supõe-se que as famílias e empresas são os agentes econômicos. Quais as relações econômicas entre famílias e empresas? O conjunto das relações econômicas entre famílias e empresas é denominado fluxo circular da renda, descrito em seguida.

As famílias ofertam às empresas os recursos produtivos – trabalho e capital - e recebem a remuneração pelos recursos fornecidos na forma de salários, lucros, juros e aluguel. As empresas demandam os recursos de produção – trabalho e capital - e pagam pelos serviços na forma de salários, lucros, juros e aluguel. Na continuação das relações econômicas, as empresas produzem e ofertam para as famílias bens e serviços. As famílias compram os bens e serviços e pagam o preço da aquisição. Podemos observar que há dois fluxos econômicos distintos. O primeiro é o fluxo real da economia representado pela oferta de fatores de produção – trabalho e capital - pelas famílias e a oferta de bens e serviços pelas empresas. O segundo fluxo é monetário, em que as empresas pagam às famílias salários, lucros, juros e aluguel, e as famílias pagam às empresas pela compra de bens e serviços.

Analisando esses fluxos econômicos que são os resultados da atividade econômica, podemos perceber que há três possibilidades para calcular os agregados macroeconômicos: pela ótica da produção, pela ótica da despesa e pela ótica da renda.

Ótica do Produto Nacional (PN)

Produto nacional é o valor de todos os bens e serviços finais, avaliados pelo preço de mercado, produzidos em determinado período de tempo, geralmente um ano. O valor permite agregar bens e serviços diferentes. São considerados apenas os bens e serviços finais. Os bens intermediários, como matéria-prima, não são incluídos na mensuração. Esse procedimento evita a dupla contagem. Por exemplo, só o pão, bem final, é somado. Não se soma trigo e farinha de trigo que são bens intermediários. Para calcular o produto, a fórmula é:

$PN = \sum p_i \cdot q_i$, sendo:

PN – produto nacional

P_i – preço unitário de bens e serviços finais

Q_i = quantidade produzida dos bens e serviços finais

$\sum$ = símbolo de somatório, soma.

Aplicando os elementos da fórmula e desenvolvendo-a, temos:

$PN = \sum p_i \cdot q_i = P_{\text{automóvel}} \times Q_{\text{automóveis}} + P_{\text{televisor}} \times Q_{\text{televisores}} + \dots + P_{\text{alunos}} \times Q_{\text{alunos}}$.

Ótica da Despesa Nacional (DN)

Despesa Nacional é o valor dos gastos dos agentes econômicos. Para calcular a despesa nacional, a fórmula é:

$$\text{DN} = \text{C} + \text{I} + \text{G} + (\text{X}-\text{M}), \text{ sendo:}$$

DN = Despesa Nacional

C = despesas das famílias com bens de consumo

I = despesas das empresas com investimentos

G = despesas do governo; gastos de custeio e de investimento

X-M = despesas líquidas do setor externo (X – exportações; M – importações)

Então a despesa nacional representa os gastos das famílias, das empresas, do governo e setor externo na compra dos bens e serviços, que é o produto nacional.

Ótica da Renda Nacional (RN)

Renda Nacional é a soma dos rendimentos pagos às famílias pela utilização dos serviços de fatores produtivos. Quem paga esses rendimentos são as empresas. Os rendimentos são classificados em salários, lucros, juros e aluguel. A fórmula para calcular a renda nacional é:

$$\text{RN} = \text{w} + \text{j} + \text{a} + \text{l}, \text{ sendo:}$$

W = salários (em inglês wages)

J = juros

A = aluguel

L = lucros

Como podemos saber o valor agregado de salários, juros, aluguel e lucros? Para isso, o IBGE tem um banco de dados, usando informações do setor privado e do setor público.

Identidade Básica das Contas Nacionais

$$\text{PN} = \text{DN} = \text{RN} \text{ (Produto Nacional = Despesa Nacional = Renda Nacional)}$$

Atividade

Demonstre como são calculados o produto, a renda e a despesa nacional.



Comentário

Para realizar essa atividade verifique as fórmulas.

Valor Adicionado ou Valor Agregado (VA)

Valor adicionado ou valor agregado é o valor que se adiciona ao produto em cada estágio da produção. Estágio da produção são as etapas do processo produtivo. O valor adicionado é a diferença entre vendas e o custo dos bens intermediários.

Na tabela 7.1, podemos ver o cálculo do valor adicionado numa situação dada.

Tabela 7.1 – Valor adicionado

Estágio da produção	Vendas no período (1) (VBP)	Custo bens intermediários (2)	Valor adicionado (VA) (1-2)
Empresa A Trigo	140	0	140
Empresa B Farinha de Trigo	245	140	105
Empresa C Pão	390	245	145
	775	385	390

Fonte: (VASCONCELLOS, 2004, p. 103)

Observando a tabela, cada linha representa um estágio da produção. No caso da tabela 7.1, são três estágios, trigo, farinha de trigo e o pão. Em cada estágio, temos o valor bruto da produção (VBP) e o custo dos bens intermediários. A diferença é o valor adicionado.

Formação de Capital

Na economia de dois setores, supomos que as famílias apenas consomem, e as empresas produzem bens de consumo. Entretanto, as famílias fazem poupança, e as empresas investem.

Poupança Agregada (S) (S -saving em inglês)

Poupança agregada (S) é a parcela da renda nacional (RN) que não é gasta no mesmo período. Portanto, é a parte dos salários, lucros, juros e aluguel não gastos em consumo (C). Então:

$$S = RN - C$$

Investimento Agregado (I)

Investimento agregado é o gasto com bens produzidos e não consumidos no período. O investimento agregado, conhecido como taxa de

acumulação de capital, é formado pelo investimento em bens de capital e pela variação de estoques. Portanto, o investimento total na economia é igual a:

$$\text{Investimento total} = \text{Investimento em bens de capital} + \text{variação de estoques.}$$

Depreciação

Depreciação é o consumo do estoque de capital num determinado período. O desgaste acontece em parcelas anuais. A depreciação é a parte do produto que se destina à reposição. O conceito de depreciação permite fazer a diferença entre investimento bruto e investimento líquido. Portanto:

$$\text{Investimento líquido} = \text{Investimento bruto} - \text{Depreciação}$$

Também se torna necessário fazer a distinção entre produto nacional bruto e produto nacional líquido, a saber:

$$\text{Produto nacional Líquido} = \text{Produto Nacional Bruto} - \text{Depreciação}$$

Atividade

Mostre a diferença entre investimento total e investimento líquido

Comentário

A depreciação do capital faz a diferença no tipo de investimento



Economia Fechada com Governo: Setor Público

Agora vamos trabalhar com uma economia fechada com governo. O governo inclui União, Estados e Municípios. São consideradas as transações financeiras dos tesouros federal, estadual e municipal. As operações do Banco Central, como empréstimos, depósitos, taxa de juros e taxa de câmbio, não são incluídos. Com a entrada do setor público, vamos incluir, em nossos registros, a receita fiscal, os gastos e o superávit ou déficit do governo.

Receita Fiscal do Governo

A receita fiscal do governo compreende:

- impostos indiretos que incidem sobre transações com bens e serviços, como IPI, ICMS, ISS;
- impostos diretos que incidem sobre a renda e a propriedade das pessoas físicas e jurídicas, como Imposto de renda, IPTU, IPVA;

- Contribuições à previdência tanto dos empregados como dos empregadores;
- outras receitas, como taxas, multas, pedágios.

Gastos do Governo

Os gastos do governo são classificados em:

- Gastos dos ministérios e autarquias que é total de despesas correntes ou de custeio e despesas de capital;
- Gastos das empresas públicas e sociedades de economia mista. Como a receita dessas organizações resulta da venda de bens e serviços, como as empresas privadas, nas contas nacionais, são consideradas no setor privado e não no setor público. A Caixa Econômica Federal é considerada uma empresa pública e a Petrobrás, de economia mista;
- Gastos com transferências e subsídios. Transferências e subsídios não são computados como parte da renda nacional. São apenas transferências do setor público para o setor privado. As transferências são aposentadorias, pensões, bolsa de estudo, programas sociais, como bolsa-família, seguro desemprego. Subsídios são benefícios às pessoas jurídicas, como redução ou isenção de impostos indiretos. Têm o objetivo de incentivar a produção de determinados bens e serviços.

Qual a diferença
entre Superávit
ou Déficit
Público?



Se o total da arrecadação é superior aos gastos do governo, temos uma situação de superávit. Quando a arrecadação é inferior aos gastos, então há déficit. O déficit é conhecido como necessidade de financiamento do setor público. O superávit ou déficit é classificado em:

- Superávit ou déficit primário quando se calcula a diferença entre arrecadação e gastos no período, excluindo os juros das dívidas interna e externa. O período considerado é de um ano. Nos últimos anos, o Brasil tem registrado superávit primário;
- Superávit ou déficit operacional quando se calcula a diferença entre arrecadação e gastos no período incluindo o gasto com juros reais (sem correção monetária ou cambial);
- Superávit ou déficit nominal quando a diferença entre arrecadação e gastos inclui os juros nominais (com correção monetária ou cambial). No conceito nominal, o Brasil tem déficit, pois os juros da dívida interna e externa são elevados. A dívida total do Brasil superou R\$ 1 trilhão.

Renda Nacional a Custo de Fatores e Produto Nacional a Preço de Mercado

Com a inclusão do setor público na economia, a renda e o produto nacional podem ser a custo de fatores e a preço de mercado. Renda nacional a custo de fatores é o que as empresas pagam aos fatores de produção na forma de salários, juros, aluguel e lucros. Logo:

Renda Nacional a Custo de Fatores(RNLcf) = salários + lucros + juros + aluguel

e

Produto Nacional Líquido a preço de mercado (PNLpm) = RNLcf a custo de fatores + impostos indiretos – subsídios.

Os impostos diretos não são computados porque incidem sobre a renda e a propriedade, não sobre bens e serviços.

Renda Pessoal Disponível

Renda pessoal disponível é a parte da renda nacional que fica em poder das famílias. De forma prática, é subtraído da RNLcf, o que fica retido nas empresas, os impostos e contribuições que incidem sobre a renda e adicionado as transferências do setor público para o setor privado. Logo:

Renda Pessoal Disponível = RNLcf – lucros retidos pelas empresas – impostos diretos – contribuições previdenciárias – outras receitas de governo + transferências de governo

Carga Tributária Líquida

Carga tributária líquida é o que o setor público tem disponível para gastos correntes e de capital. Para calcular a carga tributária líquida, é necessário ter os dados da carga tributária bruta, transferências e subsídios. Então:

Carga Tributária Líquida = carga tributária bruta – transferências – subsídios.

Carga tributária bruta é a soma de todos os tributos diretos e indiretos, contribuições e outras receitas de governo.

Atividades

1. Classifique e descreva os itens de arrecadação e gastos do governo;
2. Explique o que é superávit e déficit nas contas do governo;



3. Mostre a diferença entre superávit ou déficit primário, operacional e nominal;
4. Qual a diferença entre renda nacional a custo de fatores e produto nacional a preço de mercado?
5. Demonstre como se calcula a renda pessoal disponível (setor privado) e carga tributária líquida (setor público).

Comentário

Para responder a essas questões, releia o item economia fechada com o governo.

Economia Aberta com Governo: Setor Externo

Com a economia a quatro setores, temos uma economia aberta com governo. Novas variáveis serão incluídas, como exportação, importação e renda líquida externa.

As exportações representam os bens e serviços produzidos no país e vendidos a outros países. As importações são os bens e serviços comprados no exterior.

A renda líquida externa é a diferença entre rendas recebidas e remetidas para o exterior. As rendas recebidas do exterior e remetidas para o exterior referem-se a lucros das empresas, renda do trabalho, entre outras.

Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

O que diferencia o PIB do PNB é a renda líquida de fatores externos (RLFE). A RLFE é a remuneração dos capitais estrangeiros. Compreende:

- Renda enviada ao exterior (RE). Representa a remuneração do capital e da tecnologia de propriedade de não residentes na forma de remessa de lucros, royalties, juros, assistência técnica;
- Renda recebida do exterior (RR). Significa a remuneração do capital e tecnologia de empresas nacionais que operam em outros países. Essa remuneração pode ser lucros, royalties, juros, assistência técnica.

Agora estamos com todos os dados para calcular o PIB e o PNB.

Então:

PIB = somatório de todos os bens e serviços produzidos no território nacional com capital de residentes e não residentes.

e

PNB = PIB + renda recebida do exterior – renda enviada ao exterior

ou

PNB = PIB + renda líquida enviada ao exterior.

Qual é maior PIB ou PNB? No caso específico do Brasil, qual o valor maior? PIB ou PNB? Para uma resposta segura veja a renda líquida externa.

Atividade

Qual a diferença entre Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto?



Comentário

A diferença refere-se à renda líquida externa.

Conclusão

Veja novamente os objetivos específicos deste tema. Você considera que alcançou cada um daqueles objetivos? Quais as dúvidas? Tire suas dúvidas revendo os conceitos e os cálculos. Não se preocupe com as fórmulas. Você não precisa memorizá-las. Só precisa compreender e ter atenção para usar os dados corretos quando fizer cálculos.

Atividade final

Um país apresenta os dados abaixo na sua Contabilidade Social:

- a) Produto interno bruto a custo de fatores (PIBcf) = \$ 900 bilhões;
- b) Tributos indiretos (Ti) = \$ 90 bilhões;
- c) Tributos diretos (Td) = \$ 70 bilhões;
- d) Outras receitas (Or) = \$ 20 bilhões;
- e) Transferências = \$ 45 bilhões;
- f) Subsídios - \$ 5 bilhões;
- g) Renda recebida do exterior = \$ 10 bilhões;
- h) Renda remetida para o exterior = \$ 15 bilhões



Calcule:

- a) Produto interno bruto a preço de mercado (PIBpm);
- b) Produto nacional bruto a preço de mercado (PNBpm);
- c) Renda pessoal disponível;
- d) Carga tributária líquida

Comentário

Para fazer os cálculos, verifique as fórmulas e substitua os dados.

Síntese do tema

O tema tratou da Contabilidade Social. O desenvolvimento dos conceitos e modelos de cálculo seguiu o sistema de contas nacionais. Foram conceituados produto, renda e despesa nacional. Também, foi apresentado o método de cálculo. Ainda foi demonstrada a diferença entre PIB e PNB. Foram descritos o superávit e o déficit nas contas do

governo. Ainda foi apresentada a diferença entre superávit ou déficit primário, operacional e nominal.

Informações sobre o próximo tema

Por que o PIB do Brasil cresceu 2,3% em 2005 e 5,4% em 2004? O próximo tema apresentará um modelo para determinação do nível do produto e da renda nacional. O modelo é conhecido na literatura como modelo keynesiano. O nome deriva do nome do autor Keynes.

Tema 07



Determinação da Renda e do Produto Nacional

Meta do tema

Demonstrar como são determinados a renda e o produto nacional.

Objetivos

Espera-se que o estudo do tema possibilite a você desenvolver habilidades para:

- Conceituar demanda efetiva e oferta agregada;
- Diferenciar demanda potencial e da demanda efetiva;
- Analisar o princípio da demanda efetiva;
- Explicar como o consumo agregado e o investimento agregado influenciam o crescimento do produto;
- Explicar como a política fiscal é utilizada para estimular a demanda e controlar a inflação



Pré-requisitos

Reveja no tema anterior noções sobre produto, renda e despesa nacional. Lembre-se que a oferta agregada é o produto nacional e a demanda agregada é a despesa nacional. Também dê uma olhada em função linear e equação de primeiro grau, na matemática básica.

Introdução

O que determina o crescimento da renda e do produto nacional? Por que na experiência econômica das nações há períodos de crescimento, outros de estagnação e até depressão econômica? Por que a China cresce atualmente, em média, 9% a.a. e o Brasil, 2,5% a.a.? No tema de hoje, veremos um pouco de história da crise do capitalismo na década de 30 e criação do modelo keynesiano. Esse modelo é utilizado para explicar o crescimento do produto e da renda nacional.

Os economistas seguidores das escolas clássica e neoclássica acreditavam que o mercado era capaz de regular o fluxo econômico e o pleno

emprego dos recursos produtivos. Essa crença durou até 1930. A crise econômica do sistema capitalista, a quebra da Bolsa de Nova York e o desemprego em massa, nos Estados Unidos e na Europa, os principais sintomas demonstraram a insuficiência do mercado como regulador da atividade econômica. Por que houve desemprego e a Bolsa parou? Porque os estoques de produtos estavam além da demanda. Havia um excesso de oferta. De acordo com a lei de Say a oferta criava sua demanda. Para os clássicos, toda a renda criada na produção seria gasta no consumo. Não aconteceu e a crise continuou.

John Maynard Keynes fez o diagnóstico da crise. Ele verificou que havia vazamentos da renda. Parte da renda era destinada à poupança e aos impostos. Com base nesse diagnóstico, propôs a intervenção do governo para permitir que a poupança pudesse voltar para a produção. Das idéias de Keynes, foi criada a Contabilidade Nacional. A Contabilidade Nacional possibilita um conjunto de informações sobre o produto, a renda e a despesa nacional, como vimos no tema anterior. A macroeconomia moderna também nasceu nesse contexto.

Qual a diferença entre Contabilidade Social e a Macroeconomia? A Contabilidade Social trata as informações já realizadas (ex post) e a Macroeconomia estuda os valores planejados (ex ante).



Pare e Pense

Quais os fatores que determinam o maior ou menor crescimento do produto interno bruto?

Modelo Keynesiano Básico

O modelo keynesiano básico utiliza a demanda agregada, a oferta agregada e o princípio da demanda efetiva.

Demanda Agregada (DA)

A demanda agregada é a demanda total dos agentes econômicos: demanda de consumo das famílias (C), demanda de investimento das empresas (I), demanda do governo (G) e demanda líquida do setor externo (exportações X – importações M). Portanto:

$$DA = C + I + G + X - M$$

Oferta Agregada (OA)

A oferta agregada (OA) é a quantidade de bens e serviços disponível para ser vendida no mercado. Então, a oferta agregada é o mesmo que o produto nacional e a renda nacional. Portanto:

Oferta Agregada = Produto Nacional = Renda Nacional

A oferta agregada pode ser potencial ou efetiva. A oferta agregada potencial corresponde ao pleno emprego dos recursos de produção. A oferta agregada efetiva é o total de bens e serviços colocados no mercado. Pode ocorrer com capacidade ociosa, ou seja, com a utilização dos recursos de produção abaixo do nível de pleno emprego.

Princípio da Demanda Efetiva

A curto prazo, a oferta agregada potencial é fixada, pois há pleno emprego dos recursos. Na oferta agregada efetiva, há capacidade ociosa e mão de obra desempregada. Nesse caso, é possível aumentar o crescimento da produção estimulando a demanda. Portanto, o crescimento da demanda agregada explica a variação do produto e da renda nacional. É o **princípio da demanda efetiva**.

Havendo desemprego de recursos, a função da política econômica é elevar a demanda agregada, aumentando o nível de emprego. Essas políticas devem estimular o consumo, os investimentos e as exportações. Keynes enfatizou o papel do governo, aumentando os gastos públicos.

O Equilíbrio Macroeconômico

Qual a diferença entre renda de pleno emprego e renda de equilíbrio? Qual a importância dessa diferença no equilíbrio macroeconômico?

A renda de pleno emprego ocorre quando a economia está utilizando toda sua capacidade de produção. Significa que todos os recursos produtivos, trabalho e capital estão plenamente empregados.

A renda de equilíbrio ou renda efetiva ocorre quando a oferta agregada iguala a demanda agregada de bens e serviços. A renda de equilíbrio pode acontecer abaixo do pleno emprego. Quando há renda de equilíbrio, significa que a oferta agregada atende às necessidades da demanda agregada. É o equilíbrio econômico com desemprego ou abaixo do pleno emprego.

O objetivo da política econômica é encontrar o equilíbrio a pleno emprego. Sendo a oferta agregada fixada no curto prazo, a política econômica deve atuar sobre a elevação do consumo das famílias, do investimento das empresas, dos gastos do governo e das exportações líquidas. Havendo crescimento dos elementos da demanda agregada, significa crescimento do nível do produto e da renda nacional.

Atividades

1. Conceitue demanda agregada e oferta agregada.
2. Mostre a diferença entre oferta potencial e oferta efetiva de bens e serviços.



3. Explique como o princípio da demanda efetiva determina a variação do produto e da renda nacional.
4. Mostre a diferença entre renda de pleno emprego e renda de equilíbrio.

Comentário

Releia o modelo keynesiano básico.

Comportamento dos Agregados Macroeconômicos

O crescimento da demanda agregada explica a variação do produto e da renda nacional. Quais são as variáveis da demanda agregada e como se comportam? Você está lembrando que já estudamos o comportamento da oferta e da demanda em função dos preços, da renda e das preferências do consumidor? No comportamento da demanda agregada, as variáveis são consumo, poupança, investimento, gastos do governo, exportações e importações.



Consumo Agregado (C)

Os fatores que influenciam o nível de consumo são a renda nacional, o estoque de riqueza, a taxa de juros, disponibilidade de crédito, expectativa sobre as rendas futuras e rentabilidade das aplicações financeiras. Mas o fator principal é a renda nacional disponível. A relação entre consumo e renda nacional disponível é expressa pela função:

$$C = f(RND), \text{ sendo:}$$

C = consumo agregado

RND = renda nacional disponível

Qual a proporção da renda nacional disponível gasta em consumo? Keynes criou o conceito de propensão marginal a consumir (PMgc) para explicar a parcela da renda disponível gasta em consumo. A propensão marginal a consumir é a variação esperada do consumo quando varia a renda disponível, logo:

$$PMgc = \text{variação de } C / \text{variação de } RND$$

Vamos supor que a PMgc das famílias seja de 90% da renda nacional disponível. Suponhamos também que a RND seja de \$ 200 bilhões. Então:

$$PMgc = \$ 200 \text{ bilhões} \times 0,90 = \$ 180 \text{ bilhões}$$

E os \$ 20 bilhões da renda não consumida. Qual é seu destino?

Poupança Agregada (S)

Você percebeu que sobraram \$ 20 bilhões não consumidos no exemplo anterior. Esse valor se refere à poupança agregada que é a parte da RND não gasta em consumo. A função poupança é expressa por:

S = f(RND), sendo:

S (de saving) = poupança agregada

RND = renda nacional disponível.

Keynes chamou de propensão marginal a poupar (PMgp) a relação entre a variação da poupança e a variação da RND. Logo:

PMgp = variação de S / variação de RND

Agora vamos supor que a RND é a mesma, \$ 200 bilhões. Também que a PMgp é de 10%. Então:

PMgp = \$ 200 bilhões X 0,10 = \$ 20 bilhões

Observe que nos exemplos a RND foi de \$ 200 bilhões e PMgc e PMgp de 90% e 10%.

Investimento Agregado (I)

Qual a função do investimento agregado no crescimento da demanda agregada? Sem dúvida é a variável principal para explicar o crescimento da demanda agregada. O que é investimento agregado? Pode ser definido como o acréscimo ao estoque de capital existente. São as instalações novas como prédios, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, máquinas e equipamentos incorporados ao parque de produção.

No curto prazo, amplia a demanda agregada como gastos necessários para aumentar a capacidade produtiva. No longo prazo, a oferta agregada de bens e serviços é aumentada com o aumento da produção.

Quais os fatores que determinam o aumento dos investimentos? Na economia capitalista, os fatores que mais influenciam os investimentos são: taxa de rentabilidade esperada e taxa de juros de mercado.

A taxa de rentabilidade esperada ou taxa de retorno é calculada com base na estimativa do retorno líquido pelas instalações novas ou máquinas e equipamentos adquiridos. Keynes denominou a taxa de retorno como eficiência marginal do capital. O cálculo é feito com a utilização da matemática financeira. Nesse curso, não vamos trabalhar esse cálculo.

A taxa de juros de mercado é o custo do dinheiro para o investidor. No Brasil, a taxa de juros mais utilizada para investimento é a taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) utilizam a TJLP. A relação da taxa de juros e o investimento é inversamente proporcional. Significa que quando a taxa de juros



é elevada, a tendência é a redução dos investimentos. Mas quando a taxa de juros é baixa, a tendência é aumentar os investimentos.

Quando o investidor toma decisão sobre investimentos, com base na rentabilidade e na taxa de juros, adota o critério a seguir:

- Se a taxa de retorno for maior que a taxa de juros, realiza o investimento;
- Se a taxa de retorno for menor que a taxa de juros, não realiza o investimento.

Gastos do Governo (G)

Os gastos do Governo em despesas correntes e despesa de capital influenciam o crescimento da demanda agregada. Se o governo expande os gastos públicos, esses gastos refletem no crescimento da demanda. Mas se o governo reduz seus gastos, principalmente de investimentos, a demanda agregada diminui.

No modelo de Keynes, a expansão dos gastos do governo é necessária para aumentar o nível da renda e do emprego.

Exportações (-) Importações (X-M)

As exportações de bens e serviços estimulam a demanda agregada. As exportações têm relação com a renda nacional de outros países. Nos últimos anos, as exportações brasileiras cresceram muito. Esse crescimento é função da demanda da China, União Européia, Japão. Como as importações cresceram menos, os resultados são superávit elevado na balança comercial e aumento no nível do emprego no mercado de trabalho.



Atividade

Analise o papel do consumo agregado e do investimento agregado no crescimento do produto e da renda nacional.

Comentário

O consumo e o investimento são elementos da demanda agregada e o comportamento deles influencia o nível da renda nacional.

Política Fiscal

Política fiscal é a forma de intervenção do governo no sistema econômico, utilizando a arrecadação e os gastos. Keynes propôs a intervenção do governo para corrigir as falhas do mercado. Vejamos duas situações em que o governo intervém.

Economia com desemprego de recursos

É denominada com desemprego de recursos a economia com capacidade ociosa. Neste caso, a economia está produzindo abaixo do seu potencial. Essa situação é conhecida também como hiato deflacionário. Portanto, a economia está com insuficiência de demanda em relação à produção de pleno emprego. A questão básica é como tirar a economia do desemprego, utilizando instrumentos da política fiscal?

O governo pode utilizar os instrumentos a seguir para estimular a demanda agregada:

- Aumento dos gastos públicos, gastos correntes e gastos de capital;
- Redução da carga tributária, estimulando o consumo das famílias e o investimento das empresas;
- Subsídios e estímulos às exportações;

Economia com Inflação

Quando pensamos em termos de demanda agregada e oferta agregada, uma economia com inflação é a situação em que a demanda agregada é superior à oferta agregada. É o chamado hiato inflacionário. Nesse caso, dizemos que a inflação é uma inflação de demanda. Como o governo pode intervir na economia com o objetivo de controle da inflação, utilizando a política fiscal?

As formas de intervenção geralmente utilizadas são:

- Redução dos gastos públicos em despesas correntes e de capital;
- Elevação da carga tributária sobre bens de consumo, desestimulando os gastos das famílias;
- Redução das tarifas e barreiras sobre importações, aumentando o grau de abertura da economia e a competitividade. Essa medida de política fiscal tende a elevar as importações e evitar a elevação dos preços.

Atividade

Explique como o governo utiliza a política fiscal para estimular o nível da demanda agregada e controlar a inflação.

Comentário

A aplicação da política fiscal implica aumentar ou reduzir tributos e gastos públicos.

Conclusão

Os objetivos do tema foram conceituar demanda agregada, oferta agregada e demanda efetiva. Outro objetivo foi explicar como a demanda efetiva influencia o crescimento do produto e da renda nacional. Por último,

como o governo pode intervir na economia através da política fiscal para estimular o crescimento da demanda e controlar a inflação.

Como você avalia suas habilidades para realizar esses objetivos? Quais as dúvidas?



Atividade final

Vamos supor que o Brasil esteja com capacidade ociosa (mão-de-obra desempregada e equipamentos parcialmente utilizados) e simultaneamente um processo de inflação ainda não totalmente controlado. Como o governo pode intervir utilizando a política fiscal para estimular a demanda e controlar a inflação?

Comentário

A política fiscal utiliza como instrumentos a arrecadação de tributos, os gastos e os subsídios. Use esses instrumentos.

Síntese do tema

O tema abordou a diferença entre o modelo clássico e o modelo keynesiano para determinação da renda e do produto nacional. O modelo clássico se baseava na afirmativa de que “a oferta gera sua própria demanda”. O modelo de Keynes inverteu essa proposição e a “demanda efetiva” é que determina a renda e o produto nacional. Os elementos da demanda efetiva são o consumo agregado, o investimento agregado, os gastos do governo e as exportações líquidas (exportações – importações). O equilíbrio da economia pode ocorrer com desemprego de recursos e não apenas com o pleno emprego. O governo pode estimular a demanda efetiva, utilizando a política fiscal.

Informações sobre o próximo tema

O próximo tema tratará da função da moeda na economia. Veremos a origem, a evolução e os tipos de moeda. Também será examinada a oferta e a demanda de moeda. Por último, será vista a influência da moeda na inflação e no crescimento da economia.

Tema 08



Noções de Economia Monetária

Meta do tema

Analisar a função da moeda na economia.

Objetivos

Ao final do estudo do tema, você deverá estar habilitado para:

- Descrever a origem e a evolução da moeda;
- Explicar como a moeda é ofertada e demandada;
- Demonstrar como a moeda influencia o nível do produto nacional e a inflação.



Pré-requisitos

Rever os conceitos de demanda e oferta abordados no tema 03.

Introdução

A moeda desempenha papel fundamental nas relações de trocas. Para uma compreensão do papel da moeda na economia, estudaremos seu conceito, evolução, funções e tipos de moeda. Também será abordado como ocorre a oferta e a demanda de moeda. Ainda será estudado como a quantidade de moeda influencia o nível do crescimento do produto e a inflação.

Pare e Pense

Por que a moeda é uma mercadoria tão desejada?



Conceito e evolução da moeda

“Moeda é um instrumento ou objeto aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento de bens e serviços” (VASCONCELLOS, 2004, p. 139).

O processo de trocas passou pelos seguintes estágios:

- **Troca direta**

A troca direta denominada “escambo” - troca de mercadoria por mercadoria. Exemplo: troca de alimentos por vestuário.

- **Troca indireta**

Na fase da troca indireta ocorreu a seguinte evolução:

- moeda-mercadoria – uma mercadoria era trocada por outras. Exemplos: sal, gado;
- moeda-metálica – metais preciosos (ouro e prata) eram trocados por mercadorias;
- moeda-papel: certificado de depósitos dos metais (ouro e prata);
- papel-moeda – emitida pelos bancos comerciais. Posteriormente, o Estado monopolizou a emissão do papel-moeda. Atualmente, o Banco Central é responsável pela emissão de moeda.



- **Funções da Moeda**

As funções da moeda no sistema econômico são:

- Instrumento ou meio de troca: intermedia troca de bens e serviços;
- Denominador comum monetário: expressa o valor de todos os bens e serviços, como o balanço das empresas e o Produto Interno Bruto;
- Reserva de valor: representa liquidez imediata.

- **Tipos de Moeda**

Os tipos de moeda utilizados na economia são:

- Moeda-metálica: emitidas pelo Banco Central;
- Papel-moeda: emitida pelo Banco Central;
- Moeda- escritural ou bancária: depósitos à vista nos bancos comerciais.



Atividade

Faça uma síntese sobre a origem e evolução da moeda, mostrando também suas funções e tipos.

Comentário

A evolução da moeda compreende as etapas desde o escambo até o sistema atual. As funções da moeda indicam sua utilidade na economia.

Oferta de Moeda

A oferta de moeda são os meios de pagamento que é o total de moeda disponível para efetuar pagamentos. A liquidez da moeda é a capacidade de ser um ativo completamente disponível.

Os meios de pagamento representam a soma da moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos bancos comerciais, isto é, o total da moeda manual mais a moeda escritural. Assim, a moeda que está com os bancos comerciais (reservas) e as autoridades monetárias (Banco Central) não são consideradas meios de pagamento. O conceito de meios de pagamento da economia, compreende:

- $M1$ = moeda em poder do público + depósitos à vista;
- $M2$ = $M1$ + depósitos de poupança + títulos privados;
- $M3$ = $M2$ + fundos de renda fixa + operações compromissadas com títulos federais;
- $M4$ = $M3$ + títulos públicos federais, estaduais e municipais.

Com inflação baixa, tende a aumentar a quantidade de moeda na economia (monetização) e com inflação alta tende a diminuir a quantidade de moeda (desmonetização).

Oferta de Moeda pelo Banco Central

As autoridades monetárias são o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (Bacen). O CMN toma as decisões e o Bacen é o executor do controle da moeda.

As **funções clássicas do Bacen** são:

- Execução da política monetária: controle da oferta de moeda;
- Banco emissor: papel-moeda e moeda -metálica;
- Banco dos bancos: regula o caixa dos bancos comerciais;
- Banco do governo: recebe depósitos e empresta ao governo;
- Controle da oferta de moeda: quantidade de moeda;
- Administração do câmbio: operações com moeda estrangeira;
- Fiscalização das instituições financeiras.



Instrumentos de Política Monetária

Os instrumentos da política monetária são:

- Controle das emissões: o Bacen controla o volume de moeda manual da economia;
- Depósitos compulsórios ou reservas obrigatórias: é um percentual dos depósitos à vista depositados à ordem do Bacen. Exemplo: um banco comercial tem \$ 1 bilhão de depósitos à vista e o Bacen determina que

30% são reservas obrigatórias. Significa que \$ 300 milhões não podem ser emprestados;

- Operações com mercado aberto (open market): compra e venda dos títulos do governo;
- Operações de redesconto: liberação de recursos do Bacen para os bancos comerciais.

Oferta de Moeda pelos Bancos Comerciais

Os bancos comerciais podem aumentar a oferta de moeda, multiplicando a moeda escritural ou depósitos à vista, conforme ilustrado na tabela 9.1

Tabela 9.1 – O efeito da criação múltipla de depósitos à vista

Banco	Dep. à vista	Reservas	Empréstimos
A	100.000	40.000	60.000
B	60.000	24.000	36.000
C	36.000	14.400	21.600
D	21.600	8.640	12.960
E	12.960	5.184	7.776
OUTROS	19.440	7.776	11.664
Total	250.000	100.000	150.000

Fonte: (VASCONCELLOS, 2004, p. 146)

Na ilustração, a oferta inicial de \$ 100.000 em moeda manual transformou-se em oferta total de moeda escritural de \$ 250.000.



Atividades

1. Conceitue meios de pagamento no sentido M1 até M4.
2. Enumere as funções do Banco Central.
3. Demonstre como os Bancos Comerciais criam moeda.

Comentário

Os meios de pagamento incluem o papel-moeda e outros ativos financeiros. O papel do Bacen e dos bancos comerciais é essencial na administração da moeda nacional.

Demanda de Moeda

A demanda de moeda é a quantidade de moeda que o setor privado não bancário (indivíduos, empresas) retém em papel-moeda e depósitos à vista.

Os motivos para a demanda de moeda, conforme Keynes, são:

- Demanda de moeda para transações: alimentação, taxas, aluguel, transporte...;
- Demanda de moeda por precaução: reserva para pagamentos imprevistos;
- Demanda de moeda por especulação: viabiliza aplicações em função da rentabilidade dos títulos.

Atividade

Quais as razões que explicam a demanda de moeda pelas pessoas e as empresas?



Comentário

Há situações em que famílias e empresas precisam de um estoque de moeda para efetuar suas transações.

Relação entre Moeda, Nível da Renda e Inflação

Para explicar essa relação, vejamos a teoria quantitativa da moeda.

Teoria Quantitativa da Moeda

A teoria quantitativa da moeda mostra a relação entre o lado monetário (moeda) e o lado real da economia (bens e serviços) pela equação:

$Mv = pY$, sendo:

M = quantidade de moeda na economia (manual e escritural)

v = velocidade-renda da moeda

p = nível geral de preços

Y = nível de renda nacional real

O lado esquerdo da equação (Mv) mostra que a quantidade de moeda na economia depende da velocidade-renda da moeda. O lado direito da equação (pY) mostra que o valor do PIB nominal é igual ao total de bens e serviços finais (real) vezes o preço de bens e serviços finais.

Para analisar a relação entre quantidade de moeda (M), nível de atividade e inflação, é necessário definir a velocidade-renda da moeda.

A velocidade-renda da moeda ou velocidade de circulação da moeda é o número de vezes que a moeda circula, no mesmo período de tempo. A velocidade de circulação é calculada pela fórmula:

$V = \text{PIB nominal} / \text{saldo dos meios de pagamento}$

Vamos supor que o PIB nominal ou PIB monetário (que significa o PIB real vezes o nível geral de preços), seja de \$ 300 bilhões e o saldo dos meios de pagamento de \$ 50 bilhões. Aplicando a fórmula, temos:

$$V = \$ 300 \text{ bilhões} / \$ 50 \text{ bilhões} = 6$$

No exemplo, a velocidade-renda da moeda é 6.

Política Monetária e Expansão do Nível de Atividade

Criemos a hipótese de que a atividade econômica esteja abaixo do pleno emprego. Nesse caso, a atividade econômica pode ser expandida com uma política monetária expansionista:

- Aumentar a emissão de moeda;
- Diminuir a taxa de reservas compulsórias;
- Recomprar títulos públicos;
- Diminuir a regulamentação do mercado de crédito.

O impacto dessas medidas é direto sobre o nível da renda. Exemplo: na equação $MV = Py$, supondo V e P constantes, se houver uma expansão de 20% em M (quantidade de moeda), a tendência é aumentar em 20% (renda).

Relação entre Oferta Monetária e Inflação

O hiato inflacionário ocorre quando a demanda de bens e serviços está aquecida e a capacidade produtiva da economia não é capaz de aumentar a oferta. Nesse caso, ocorre a inflação de demanda.

A política monetária enxuga os meios de pagamentos com instrumentos como:

- Controle da emissão pelo Bacen;
- Venda de títulos públicos;
- Elevação da taxa de reservas compulsórias;
- Alteração das normas de crédito.



Atividade

A relação entre a quantidade de moeda e o nível da renda é expressa pela equação da moeda ($Mv=pY$). Se você considerar v e p constantes e aumentar M , o que acontece com Y ?

Comentário

A quantidade maior ou menor de moeda reflete no nível do produto. Veja a equação da moeda.

Conclusão

Você alcançou os objetivos pretendidos para o tema? Quais as dúvidas? Você está capacitado para explicar as funções da moeda? Qual a relação entre a quantidade de moeda e o nível do produto e a inflação? As respostas lhe possibilitarão uma auto-avaliação.

Atividade final

A economia brasileira tem experimentado dois fenômenos nos últimos anos: inflação e baixo nível de crescimento do produto. A inflação começou na década de 60. Após o Plano Real ela está sob controle. O crescimento do produto é de 2,5% em média nos últimos anos. O ideal seria 6% a.a. Dado esse contexto, explique como o governo pode utilizar a política monetária para aumentar o nível do produto e controlar a inflação.



Comentário

A equação da moeda vai ajudá-lo na solução. Imagine o que acontece com o produto e a inflação, quando aumenta a quantidade de moeda na economia.

Síntese do tema

A moeda é uma mercadoria comum sendo suas funções instrumento de troca, unidade de conta e reserva de valor. As trocas começaram com o escambo, evoluindo para moeda mercadoria, moeda-metálica, moeda-papel e papel-moeda. Os tipos de moeda são papel-moeda, moeda-metálica e moeda escritural. A oferta de moeda resulta nos meios de pagamento. A oferta de moeda é atribuição do governo através do Banco Central. Essa instituição é responsável pelo controle da oferta da moeda e execução da política monetária. A demanda de moeda pelas famílias, empresas e governo têm como motivos as transações, precaução e especulação. A quantidade de moeda na economia influencia o nível do produto e o controle da inflação.

Informações sobre o próximo tema

O tema seguinte trata da inflação. Serão descritos as causas e os efeitos da inflação. Também serão discutidos os instrumentos de política monetária e fiscal para controlar a inflação.



Tema 09

Inflação

Meta do tema

Apresentar as causas e os efeitos, bem como as formas de controle da inflação.

Objetivos

O estudo do tema pretende que você desenvolva habilidades para:

- Descrever as causas da inflação;
- Mostrar os efeitos da inflação no sistema econômico;
- Explicar as formas de controle da inflação

Pré-requisitos

Para facilitar sua compreensão do tema, faça uma revisão dos conceitos de demanda, custos, política monetária e política fiscal nos temas anteriores.

Introdução

No Brasil, houve, nos últimos 30 anos, o que convencionou chamar de “cultura inflacionária”. A inflação perturba o funcionamento da economia. Provoca perdas dos agentes econômicos. A renda das famílias perde poder aquisitivo. As empresas têm dificuldade para calcular seus custos reais e estabelecer o preço de suas mercadorias. O governo perde receita.

Este tema vai esclarecer sobre a inflação. Inicialmente conceituaremos inflação. Depois vamos analisar suas causas, seus efeitos e especialmente como o Brasil tem feito o controle da inflação.

Pare e Pense

Quais os instrumentos ou ferramentas econômicas o governo utiliza para controlar a inflação?



Conceito de Inflação

Segundo Vasconcellos (2004, p. 337), a inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível de preços.

Causas da Inflação

As causas clássicas da inflação são:

- Inflação de demanda.** “... refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços”. Este tipo de inflação ocorre quando a economia está com a produção próxima ao “pleno emprego dos recursos”. Não sendo possível aumentar a produção, o nível dos preços aumenta;
- Inflação de custos.** “... pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta”. A demanda permanece no mesmo nível, mas os custos dos fatores de produção aumentam. Os aumentos mais comuns são: aumentos salariais e aumentos do custo da matéria prima.
- Inflação inercial.** “...é o processo automático de realimentação de preços”, isto é, a inflação corrente é resultado da inflação passada. Os preços passados são automaticamente repassados para todos os preços da economia, por meio de mecanismos de correção monetária, cambial e salarial.



Atividade

Conforme a revista Veja, edição 1.953, de 26 de abril de 2006, o crédito ao consumidor em 2005 foi de R\$ 154,2 bilhões, em 2000, R\$ 79,3 bilhões e em 1995, R\$ 31,8 bilhões. Qual o tipo de inflação que esse fato pode gerar? Justifique sua resposta.



Comentário

Grande parte dos bens duráveis é adquirida com financiamento. O crescimento da disponibilidade de crédito tende a haver um aumento na demanda.

Efeitos de Taxas Elevadas de Inflação

Taxas elevadas de inflação determinam efeitos na economia, como:

- No perfil da distribuição da renda.** As classes que têm rendimentos fixos com prazos legais de reajustes perdem o poder aquisitivo. Nesse caso, estão os assalariados. Empresas e governo repassam o custo da inflação, mantendo sua participação no produto nacional.
- Sobre as finanças públicas.** A defasagem entre fato gerador e o recolhimento dos tributos, a inflação tende a corroer a receita do governo;

- c) **Sobre as expectativas.** As empresas são sensíveis à taxa de inflação futura, à instabilidade e a imprevisibilidade dos lucros. Tendem a esperar, não aumentando os investimentos o que resulta no aumento da taxa de desemprego. É inflação de expectativas ou inflação psicológica.



Atividade

Qual o efeito da inflação sobre os salários e os tributos?

Comentário

Salário é renda. Os salários se mantêm fixos durante um período. Havendo inflação, a tendência é ocorrer efeito positivo ou negativo.

Controle da Inflação na Economia Brasileira

A inflação tornou-se crônica na economia brasileira a partir de 1950. O diagnóstico demonstra que as causas estão relacionadas com o aumento da demanda e aumento de custos. O aumento da demanda ocorreu quando houve aumento de salários acima da inflação. O aumento de custos é consequência do aumento de salários sem aumento da produtividade e aumentos de insumos como nas crises do petróleo em 1973 e 1979. Na década de 80, com salários e preços indexados, a inflação inercial também alimentou a inflação.

O governo brasileiro tem utilizado a política fiscal, a política monetária e a política de rendas para controlar a inflação. Com relação à política fiscal, o principal instrumento tem sido aumento de tributos e redução dos gastos. Na política monetária, a elevação da taxa de juros e a redução do crédito, reduzem o consumo e o investimento. Na política de rendas, foi adotado o congelamento e preços no Plano Cruzado e os salários do setor privado passaram a reajustes mediante livre negociação.

Atualmente, o método de controle da inflação é o sistema de metas inflacionárias, administrada pelo Banco Central. Nesse sistema, é estabelecida uma meta da inflação para o ano. Para alcançar a meta, o governo usa a taxa de juros, os gastos públicos e outros instrumentos para garantir o cumprimento da meta.



Atividade

Explique como o governo brasileiro faz o controle da inflação atualmente.

Comentário

O governo cria uma meta para inflação. Para cumpri-la utiliza instrumentos monetários como a taxa de juros e instrumentos fiscais, como os gastos públicos.

Planos Econômicos e Inflação

Plano econômico é um instrumento de gestão da economia. Na estrutura de um plano econômico, os elementos principais são o diagnóstico, a definição dos objetivos e metas e a escolha dos instrumentos de gestão. Os instrumentos de gestão são as políticas fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas.

A partir de 1985, os planos econômicos do governo brasileiro tiveram como objetivo principal o controle da inflação. A seguir, serão analisados, de forma sucinta, os planos Cruzado, Collor e Real. Esses planos adotaram o diagnóstico da inflação inercial.

Plano Cruzado

Era o reinício da democracia no Brasil. Foram eleitos Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, vice-presidente. Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência. O problema econômico principal era a inflação.

Conforme Vasconcellos (2004), a inflação, em 1983, foi de 211%, em 1984, 223,8% e em 1985, 235,1%.

O plano foi lançado em 28 de fevereiro de 1986. Como instrumento de gestão da economia, a seguir será feita uma síntese do plano.

Diagnóstico: Inflação inercial, com índices elevados.

Objetivo geral: controle da inflação.

Instrumentos de gestão do plano

- Adoção de uma nova moeda, o Cruzado, em substituição ao cruzeiro;
- Conversão dos salários pelo poder de compra dos últimos seis meses mais um abono de 8%;
- Congelamento de preços no nível de 28/02/86, com exceção da energia elétrica que foi reajustada em 20%, sem prazo para descongelamento.
- Fixação da taxa de câmbio ao nível de 27/02/86.
- Recomposição dos valores de aluguel pela média.

Resultados

Redução imediata da inflação e apoio popular. A inflação em 1986, foi de 65%. Outro resultado foi o crescimento econômico. O Plano estimulou a demanda interna. O aumento da demanda se explica pelo aumento real de salários e o aumento da oferta de moeda. O aumento real de salários ocorreu com o congelamento dos preços e a expansão da oferta de moeda com o aumento da disponibilidade de crédito. A expansão da demanda com preços congelados teve como consequência a pressão sobre alguns setores da economia. Por exemplo, vestuário e carros usados. Em outras situações, houve

escassez de produtos como carne, leite e automóveis. Houve cobrança de ágios e filas na espera de produto. Algumas medidas foram adotadas para resolver o problema da oferta, sem mexer no congelamento como isenção de impostos, subsídios, liberação de importação de produtos alimentícios. Essas providências foram insuficientes. Em 24 de junho do mesmo ano, foi lançado o Cruzadinho sendo a principal medida a imposição de um empréstimo compulsório sobre gasolina, automóveis e passagens internacionais.

Em 21 de novembro, foi adotado o plano Cruzado II, que tinha como objetivo controlar o déficit público. A principal medida de política fiscal foi o aumento da arrecadação em 4% do PIB com aumento de impostos indiretos e tarifas, sobre bens de consumo da classe média. Outra medida do Cruzado II foi o aumento da taxa de juros e a redução do crédito.

O aumento de impostos, redução do crédito e aumento da taxa de juros resultou na queda da demanda e desestruturação das condições da oferta, devido ao prolongado congelamento dos preços. Houve perda de reservas em virtude de saldo negativo na balança comercial, o que levou o governo a anunciar a moratória da dívida externa em fevereiro de 1987.

Em abril de 1987, a inflação superou 20% ao mês. São considerados fatores que determinaram o fracasso do plano, a duração excessiva do congelamento de preços e o déficit nas contas externas.



Atividade

Faça uma síntese do Plano Cruzado, considerando o diagnóstico, os objetivos e os resultados.

Comentário

Um plano econômico deve ser considerado pelo administrador como um instrumento de gestão econômica.

- **Plano Collor**

Quando o presidente Fernando Collor de Melo assumiu o governo, a principal preocupação era o controle da inflação. Foi concebido e aplicado o plano Collor, resumido a seguir.

Diagnóstico: o processo inflacionário era explicado pelo descontrole monetário e fiscal e pela elevada e crescente liquidez dos haveres financeiros não monetários. Haveres financeiros não monetários são caderneta de poupança, depósitos a prazo, letras cambiais, hipotecárias e imobiliárias, fundos de renda fixa e títulos públicos.

Objetivo: Controle da inflação

Instrumentos de gestão do plano:

- Reforma monetária – bloqueio de 50% dos depósitos à vista, 80% das aplicações de overnight e fundos de curto prazo e um terço dos depósitos em poupança. 70% do total dos meios de pagamento foram bloqueados;
- Reforma administrativa – programa de privatizações, melhoria da fiscalização para evitar a sonegação e maior controle dos bancos estaduais;
- Reforma fiscal – ajuste fiscal de 10% para eliminar déficit de 8% e criar superávit de 2% do PIB. O ajuste seria feito com redução do custo da dívida, suspensão de subsídios, incentivos fiscais e isenções, ampliação da base tributária, tributação das grandes fortunas, imposto sobre operações financeiras, extraordinário sobre o estoque de ativos financeiros e o fim do anonimato fiscal, proibindo cheques e ações ao portador.
- Congelamento de preços e desindexação de salários em relação à inflação anterior, criando nova norma de prefixação de preços e salários, a partir de 1º. de maio de 90;
- Alteração do regime cambial para o sistema de taxas flutuantes;
- Mudança da política comercial, iniciando o processo de abertura da economia, com redução das tarifas de importação numa média de 40%, para 20%.

Resultados: As pressões do mercado levaram à devolução do bloqueio. Em menos de dois meses, os meios de pagamento aumentaram 60%. O ajuste fiscal resultou num superávit primário de 1,2% do PIB. Não foi possível implementar a demissão de funcionários públicos que dependia de alteração na constituição. O Programa Nacional de Desestatização, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, foi alvo de críticas. A valorização da taxa de câmbio combinada com menores incentivos às exportações e elevação do preço do petróleo na Guerra do Golfo, aumentou o déficit na Balança Comercial. Esse fator influenciou o fracasso do Plano Collor I. Foi lançado o Plano Collor II, que eliminou a indexação financeira, congelou preços e salários, bloqueou recursos do orçamento para investimento e criou maior controle sobre os gastos das empresas estatais. A inflação foi reduzida entre fevereiro e maio. Resistências políticas à equipe econômica e escândalos determinaram a substituição de Zélia Cardoso de Melo por Marcílio Marques Moreira. O novo ministro administrou uma política ortodoxa baseada no controle dos gastos, aproximação com o mercado financeiro internacional, descongelamento de preços e preparação para desbloqueio dos ativos financeiros. Na administração de Marcílio, foi lançado

um pacote antiinflacionário com forte restrição do crédito, recuperação das finanças públicas e manutenção da taxa de câmbio real. O resultado foi grande recessão em 1992, sem redução da inflação. Pressões políticas e denúncias de corrupção resultaram no afastamento de Collor. Entretanto, no governo Collor de Melo teve início o programa de privatização, maior abertura comercial e volta dos recursos externos ao país.

Com o afastamento de Collor, assumiu o vice Itamar Franco, que iniciou a criação e a implementação do Plano Real. Ainda no governo Itamar, foi criado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira – IPMF e lançado o Plano de Ação Imediata – PAI, que tinha com objetivo básico a redução de gastos do setor público federal, estadual e municipal.



Atividade

Descreva as reformas monetária, administrativa e fiscal do Plano Collor.

Comentário

Como instrumento de gestão, as reformas são tentativas de mudança.

- **Plano Real**

Após o fracasso dos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor no controle da inflação, nasceu um plano que evitou a repetição de erros do passado: o Plano Real. A seguir será apresentada uma síntese do Plano Real como instrumento de gestão da economia.

Diagnóstico: A inflação brasileira tinha como característica um componente inercial. Inflação inercial é resultado da indexação da economia no passado. Para fazer o controle da inflação inercial, havia a proposta de “congelamento de preços” (Francisco Lopes) e a da “reforma monetária” (Larida - André Lara Resende e Pêrsio Arida). A proposta da reforma monetária foi adotada.

Objetivo: O objetivo do Plano Real era o controle da inflação.

Instrumentos de gestão ou implementação do plano. O Plano Real foi implementado em três etapas:

- Ajuste fiscal que consistiu na criação do IPMF e no Fundo Social de Emergência (FSE). O IPMF era um imposto de caráter provisório, com alíquota de 0,25% sobre movimentação financeira. O FSE correspondia a 15% da arrecadação de todos os impostos. Esses recursos não seriam vinculados. Não sendo vinculados, não haveria

transferências obrigatórias sobre esse valor. A intenção era haver um alívio no caixa do governo para promover as reformas tributária, administrativa e previdenciária.

- Indexação completa da economia com a criação da Unidade Real de Valor (URV). A URV manteve uma paridade com o dólar e uma URV correspondia a um dólar. Alguns preços e rendimentos foram convertidos imediatamente para URV e outros foram convertidos voluntariamente. A URV funcionava como unidade de conta e o preço das mercadorias, embora as trocas fossem realizadas com o cruzeiro real (CR\$). Essa fase possibilitou o realinhamento dos preços relativos dos bens e serviços. O processo inflacionário havia causado muitas distorções nos preços. A fase da URV foi uma preparação para a etapa seguinte.
- Adoção do Real (R\$) como nova moeda, em 1º. de julho de 1994. O valor de 1 real era igual ao valor da URV que equivalia a 1 dólar, CR\$ 2.750,00.

Para garantir a eficiência do plano, foram adotadas, também, a âncora monetária e a âncora cambial. A **âncora monetária** consistiu no estabelecimento de metas da expansão monetária, e depósito compulsório de 100% sobre depósitos adicionais do sistema financeiro. Esses instrumentos tinham como objetivo controlar a demanda de bens e serviços e a expansão monetária. A **âncora cambial** ocorreu com a adoção do sistema de câmbio flutuante. Esse sistema resultou na valorização da taxa de câmbio. Com a economia aberta e um volume elevado de reservas, U\$ 40 bilhões, houve a possibilidade de aumentar as importações, aumentando a concorrência e, em consequência, os preços se mantiveram estáveis.

Resultados: O resultado imediato foi a redução da inflação. Em agosto de 1994, a inflação foi de 3% a.m., quando no primeiro semestre foi superior a 40% a.m. Em 1995, a inflação atingiu 14,8%, em 1996, 9,3%, em 1997, 7,5% e em 1998, 1,7%.

Houve, também, crescimento da demanda e da atividade econômica. A explicação para o aumento da demanda teve vários fatores. O primeiro, foi o aumento do poder aquisitivo das classes com menor renda, com a redução da inflação. Outro fator foi mais oferta de crédito pelo sistema financeiro com a diminuição das incertezas na economia. Assim, consumidores e empresas tomaram mais empréstimos para financiar o consumo e os investimentos. Aumento do consumo e do investimento significa aumento da demanda agregada. A apreciação ou valorização cambial foi outro resultado em função da âncora cambial como estratégia de estabilização. A apreciação cambial facilitou as importações, determinando uma acomodação dos preços internos aos preços internacionais.

- **Pós-Plano Real:** No pós-Real, continuou a implementação do Programa Nacional de Desestatização, sendo privatizado o setor de telecomunicações, o setor siderúrgico e parte do setor elétrico. Com o objetivo de reestruturação financeira, foram criados o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Outro instrumento de controle da inflação foi adotado a partir de julho de 1999, o regime de metas inflacionárias. Nesse regime, o governo estipula a meta futura de inflação. Outros países já adotaram o regime de metas inflacionárias como a Nova Zelândia (1990), Chile e Canadá (1991) e Espanha (1994). Quando o Brasil adotou o sistema, projetou a inflação para três anos: 1999, 2000 e 2001 – 8%, 6% e 4%, respectivamente. Um aperfeiçoamento institucional para controle de gastos no setor público foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei estabelece limites de gastos com pessoal da União, Estados e Municípios.



Atividade

Vamos supor que você estivesse participando de um grupo de gestão do Plano Real. Qual a função das âncoras monetária e fiscal na gestão do plano?

Comentário

Âncora na navegação marítima é um suporte de grande peso que segura o navio em alto mar. As âncoras monetária e cambial são instrumentos de gestão econômica, com possibilidade de garantir a eficiência do plano.

Conclusão

Os objetivos estabelecidos para o tema foram descrever as causas e os efeitos da inflação e as formas de controle. Qual o tipo de inflação quando o barril de petróleo aumenta o preço? Quando os consumidores têm um aumento de renda ou acesso mais fácil ao crédito e compram tudo, qual o tipo de inflação que pode surgir? Como você administraria os gastos públicos para controlar a inflação? Como você avalia os planos Cruzado, Collor e Real no controle da inflação no Brasil?



Atividade final

O preço dos insumos como petróleo e gás natural estão aumentando acima dos outros preços. Que tipo de inflação pode ocorrer? Como você sugere que seja feito o controle?

Comentário

Recentemente a Bolívia nacionalizou a exploração de gás natural e determinou aumento nos preços. Essa medida implicou em aumento de custos, umas das causas da inflação.

Síntese do tema

A inflação é resultado de algum desequilíbrio no sistema econômico. As causas estão relacionadas ao aumento na demanda maior que a capacidade de oferta, elevação dos custos e indexação generalizada dos preços. Os efeitos da inflação influenciam a distribuição da renda, as finanças públicas e as expectativas dos agentes econômicos. Para controlar a inflação, é utilizada a política fiscal e a política monetária.

Informações sobre o próximo tema

Como funcionam as relações econômicas entre os países é o próximo tema. Veremos como se explicam as vantagens do comércio internacional, a taxa de câmbio, o balanço de pagamentos, entre outros assuntos.



Tema 10

Noções de Economia Internacional

Meta do tema

Analisar o funcionamento das relações econômicas internacionais.

Objetivos

Espera-se que ao estudar o tema o você esteja capacitado para:

- Explicar a teoria das vantagens comparativas;
- Conceituar taxa de câmbio e descrever os regimes cambiais;
- Descrever a estrutura do balanço de pagamentos;
- Listar as funções do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio.



Pré-requisitos

Faça uma revisão sobre fatores de produção e inflação.

Introdução

As relações econômicas entre países se intensificaram após a Revolução Industrial. A produção de bens e serviços experimentou um aumento vigoroso. As relações na área financeira cresceram mais rápido do que na troca de bens e serviços. Atualmente, a globalização da economia e a criação dos blocos econômicos, como o Mercosul, tornaram essas relações mais intensas. Esse tema vai permitir que tenhamos um conhecimento mínimo sobre os princípios e os instrumentos do funcionamento da economia a nível internacional. Para tanto, veremos a teoria das vantagens comparativas, a taxa de câmbio, o balanço de pagamentos e as funções das principais organizações internacionais.



Para e Pense

Como a taxa de câmbio influencia as exportações e as importações?



Teoria das Vantagens Comparativas

Como se explica o processo de troca de bens e serviços entre países? A explicação dos economistas clássicos é chamada de “princípio das vantagens comparativas”.

De acordo com o princípio das vantagens comparativas, cada país deve se especializar na produção dos bens ou serviços em que seja mais eficiente, isto é, que tenha custo relativamente menor, para exportar. Deve importar bens ou serviços que tenham custo relativamente maior na produção interna.

A tabela 10.1 ilustra o princípio das vantagens comparativas.

Tabela 10.1 – Exemplo de vantagem comparativa

Países	Fator de produção	Milho	Tecido
Estados Unidos	Trabalhador/ano	1.200 kg	600 m
Brasil	Trabalhador/ano	400 kg	400 m

Os dados mostram que nos Estados Unidos, para se produzir um metro de tecido, é necessário deixar de produzir 0,5 kg de milho. No Brasil, a relação é 1 por 1. No caso de troca entre os países é vantajoso para os EUA especializar-se na produção de milho e o Brasil na produção de tecidos.

Atividade

Sabemos que o Brasil e Japão são muito diferentes sobre a disponibilidade de fatores de produção: terra (recursos naturais), trabalho (mão-de-obra) e capital (inclusive tecnologia). Faça uma lista de recursos em que o Brasil tem vantagem comparativa em relação ao Japão.



Comentário

Brasil e Japão apresentam diferenças na disponibilidade de recursos naturais e capital.

Taxa de Câmbio: conceito

As trocas de bens e serviços entre países exigem regra de paridade entre as moedas – taxa de câmbio, que é o preço da moeda nacional em relação a outras moedas.

Regimes cambiais: taxas fixas e taxas flexíveis

A taxa de câmbio é determinada pela decisão das autoridades monetárias – taxas fixas ou pelo mercado, taxas flutuantes ou flexíveis.

As taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio são determinadas no mercado de divisas (mercado de moedas). A demanda de divisas é realizada

pelos importadores para pagar compras no exterior. A oferta de divisas é realizada pelos exportadores que recebem moeda pelas vendas e pela entrada de capitais financeiros.

Desvalorização cambial ou depreciação cambial significa que a moeda nacional é desvalorizada em relação a outras moedas. Valorização cambial ou apreciação cambial é tornar a moeda do país mais forte, comparada com outras moedas.

Valorização e desvalorização cambial, exportações e importações

Há uma relação entre a taxa de câmbio e os preços dos produtos e serviços exportados e importados. Se a taxa de câmbio é elevada, estimula as exportações, pois os importadores receberão mais em moeda nacional. Mas desestimula as importações, pois os importadores terão que pagar mais caro em moeda nacional.

Exemplo: Exportação da saca de soja a U\$ 16 e a taxa de câmbio R\$/U\$ = 2,60; o exportador recebe em R\$ 41,60; se a taxa de câmbio for R\$/U\$ = 3,00, recebe R\$ 48,00.

Valorização Cambial e Inflação

A valorização ou apreciação cambial torna a moeda nacional mais forte, facilitando as importações e aumentando a competitividade nos preços. Essa situação tende a estabilizar os preços internos. É a “âncora cambial”.

Desvalorização Cambial e Inflação

A desvalorização ou depreciação cambial torna a moeda nacional mais fraca, dificultando as importações e aumentando os preços relativos dos produtos essenciais – petróleo, trigo..., aumento os custos de produção (inflação de custos). O aumento nos preços relativos tende a estimular o aumento da inflação.



Atividade

Explique a diferença entre o de câmbio fixo e o regime flutuante ou flexível.

Comentário

A taxa de câmbio pode ser administrada pelo governo ou determinada pelas leis de demanda e oferta.

Políticas Externas

• Política Cambial

A política cambial depende do regime cambial adotado pelo país. Pode ser regime de taxas fixas de câmbio, quando o Banco Central fixa a taxa de câmbio. Nesse caso, o sistema financeiro internacional exige que o país disponibilize suas reservas (divisas depositadas no Banco Central). A principal desvantagem do regime de câmbio fixo é obrigatoriedade da disponibilização das reservas. Cria vulnerabilidade e oportunidade para “ataques especulativos”, que é a elevação de demanda por moeda estrangeira. Para evitar a saída de divisas, o país necessita elevar a taxa de juros.

O outro regime é o de taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio, quando a taxa de câmbio é determinada pela demanda e oferta no mercado de divisas. A principal vantagem é a defesa das reservas cambiais, evitando os “ataques especulativos”.

• Política Comercial

O comércio exterior funciona conforme regras citadas a seguir:

- Alterações das tarifas sobre importações: se o objetivo é proteger a produção nacional (protecionismo), aumentam-se as tarifas sobre importados e, se o objetivo é liberalizar as importações (abertura comercial), as tarifas são diminuídas;
- Regulamentação do comércio exterior: entraves burocráticos, estabelecimento de quotas ou proibições de importação de produtos devem ser regulamentados;
- Atualmente, as políticas comerciais estão sujeitas às normas da Organização Mundial do Comércio – OMC. A função da OMC é proibir políticas protecionistas e as práticas de dumping (venda de mercadorias por preço inferior ao custo de produção).

Atividade

Explique como os países podem defender suas economias, utilizando políticas comerciais.



Comentário

Embora as economias sejam abertas, cada país pode utilizar mecanismos de defesa de seus interesses, adotando políticas de câmbio e comercial.

Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos é o registro estatístico-contábil de todas as transações econômicas efetuadas entre os residentes de um país e os

residentes dos demais países. Assim, são contabilizados, por exemplo, exportações, importações, pagamento/recebimento de juros, fretes, seguros, turismo, empréstimos, amortizações...

O registro das transações segue as normas gerais de contabilidade geral, utilizando-se o método de partidas dobradas. Nas transações externas, não há a conta Caixa que é substituída pela conta Haveres e Obrigações no Exterior (HOE). Na contabilização do balanço de pagamentos, quando há ingresso de dinheiro, debita-se a conta HOE, quando há saída de dinheiro, credita-se HOE.

Exemplos

Exportações à vista (entrou dinheiro): débito – HOE; crédito – Exportações. Pagamento de juros (saiu dinheiro) : débito – juros; crédito – HOE.

A conta HOE apresenta três tipos de transações:

- Divisas (moedas estrangeiras)
- Ouro monetário (é aceito como meio de pagamento)
- Direitos especiais de saque (DES) (cheque especial que os países têm no Fundo Monetário Internacional (FMI))

Estrutura do Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos apresenta as subdivisões seguintes:

Balança Comercial (Mercadorias)

- Importações FOB (débito)
- Exportações FOB (crédito)

Balança de Serviços

- Viagens internacionais (turismo), transporte (fretes), seguros
- Rendas de capitais (juros, lucros, dividendos)
- Serviços (royalties, assistência técnica)
- Serviços governamentais (embaixadas)

Transferências Unilaterais (donativos diversos)

Balança de Transações Correntes(A+B+C)

Balança de Capitais

- Investimentos diretos (novas firmas)
- Reinvestimentos (firmas já instaladas)
- Empréstimos e Financiamentos (BIRD, BID, FMI...)
- Amortizações (pagamento de parcelas de capital)
- Capitais de curto prazo (Bolsa de Valores, Fundos...)

Erros e Omissões

Saldo do Balanço de Pagamentos (D+E+F)

Financiamento do Resultado

- Haveres e obrigações no exterior, empréstimos de regularização, atrasados comerciais e outros.

Atividade

Classifique o registro das operações a seguir em balança comercial, balança de serviços ou balança de capital:

- a) Compra de uma plataforma de exploração de petróleo da Malásia e venda de dez aviões tucanos para a Venezuela;
- b) Financiamento do Banco Mundial para construção de ferrovia e amortização de empréstimo da Petrobrás;
- c) Pagamento de juros e remessa de lucros e recebimento de fretes e seguros.

Comentário

O registro das operações comerciais e financeiras são feitos nas respectivas contas de acordo com a estrutura do balanço de pagamentos.

A crise político-financeira de 1930, resultado da Grande Depressão, mexeu com a economia mundial. Isso demonstrou a necessidade da criação de instituições internacionais.

Em 1944, foi realizada a Conferência de Bretton Woods, quando foram analisadas propostas de remodelagem do Sistema Monetário Internacional. O resultado foi a criação do Sistema Monetário Internacional para viabilizar as transações financeiras entre países, estabelecendo regras e convenções reguladoras das relações monetárias e financeiras.

Foi definida a moeda de reserva internacional (dólar), forma de controle, relação com diferentes moedas (regime cambial), as normas de financiamento e ajustamento dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, o grau de movimentação dos capitais privados e o sistema de relações jurídicas.

Para administrar o sistema, foram criados organismos internacionais com funções definidas, a saber:

Fundo Monetário Internacional (FMI)

- Evitar possíveis instabilidades cambiais e garantir estabilidade financeira;
- Socorrer os países associados quando ocorrer desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Banco Mundial (BIRD)

- Auxiliar a reconstrução dos países europeus no pós-guerra;
- Promover o crescimento dos países em desenvolvimento.



O que compreende os Organismos Internacionais?



Atenção!!!



Organização Mundial do Comércio (OMC)

Para cuidar do comércio internacional foi criado o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Em 1994, foi transformado em OMC com a função de:

- Regulação do comércio internacional, baseado nos princípios: redução das barreiras comerciais, não-discriminação comercial entre países, compensação aos países prejudicados por aumento de tarifas alfandegárias e arbitragem dos conflitos comerciais.



Atividade

Descreva as funções do FMI, do Banco Mundial e da OMC como instrumentos da gestão financeira internacional.

Comentário

As organizações internacionais foram criadas para facilitar as relações comerciais e financeiras internacionais.

Globalização Econômica

As mudanças tecnológicas e organizacionais determinaram a aceleração da internacionalização e globalização mundial, nos setores produtivo, comercial e financeiro.

“Entende-se por globalização produtiva a produção e a distribuição de valores dentro de redes em escala mundial, com o acirramento da concorrência entre grandes grupos multinacionais” (GREMAUD et al. 2004, p. 508).

O desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias nas áreas da eletrônica e da informação e, de forma mais específica, semicondutores, telecomunicações e informática são uma das características desse processo. A difusão de novas tecnologias possibilita a criação de novos produtos e oportunidades de negócios, bem como maior eficiência e condições de competitividade.

Outro aspecto da globalização são as mudanças nas organizações com a flexibilização das estruturas. A flexibilização visa a desenvolver maior integração interna das empresas (concepção, produção, venda e gerenciamento do produto) e externa com clientes e fornecedores. Na área comercial, há um processo de mudanças contratuais na relação entre fornecedores e distribuidores em escala nacional e principalmente internacional. Entre as mudanças, podem ser citados os contratos de franchising, acordos de licenciamento, joint ventures e subcontratações.

Como parte do processo, há também uma reestruturação comercial e produtiva bem como o crescimento da concorrência em nível mundial. Portanto, há um processo de globalização produtiva.

“O processo de internacionalização e globalização dos mercados financeiros inicia-se já na década de 60, com a internacionalização bancária, causada pelo crescimento do próprio comércio e do investimento externo direto” (GREMAUD e al., 2004, p. 512).

A globalização financeira ocorreu simultaneamente com a globalização produtiva e comercial. Na realidade, os bancos acompanharam os clientes. O crescimento de controles impostos sobre operações bancárias norte-americanas foi fator decisivo na criação do euromercado. O euromercado teve grande atuação na década de 70, em função da necessidade de reciclar os superávits dos países exportadores de petróleo.

Na década de 80, houve a mudança do padrão de atuação do sistema financeiro, substituindo o sistema baseado no crédito por um baseado no mercado de capitais.

Atividade

A globalização produtiva e a globalização financeira são dois aspectos da globalização econômica. Estabeleça a diferença entre globalização produtiva e globalização financeira.



Comentário

São dois processos interligados, sendo um relativo à produção e comercialização de produtos e o outro ao sistema financeiro internacional.

Integração Econômica

“Integração econômica é um processo de diminuição de discriminação entre países diferentes; essas discriminações afetam as relações econômicas entre esses Estados Nacionais”. (GREMAUD et al., 2004, p. 544).

Os tipos de integração econômica estão descritos a seguir

- **Zona de livre comércio:** nesta fase são abolidas as restrições tarifárias e não tarifárias entre países membros, permanecendo as restrições com relação a países não membros;
- **União aduaneira:** é uma zona de livre comércio quando os países membros estabelecem uma tarifa externa comum com relação a países não membros;
- **Mercado comum:** no mercado comum além das condições anteriores, são eliminadas as barreiras quanto à circulação de capital e mão-de-obra;
- **União econômica:** além da eliminação de restrições ao comércio e à circulação dos fatores de produção, as políticas fiscal, monetária e cambial são harmonizadas;

- **Integração econômica completa:** nesta fase, as políticas econômicas dos países-membros são unificadas e é instituída uma autoridade econômica supranacional.

ATENÇÃO!



A integração econômica, na prática, é o que conhecemos como blocos econômicos. A União Européia-UE, o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, o Acordo Comercial da América do Norte – NAFTA e a projetada Área de Livre Comércio das Américas – ALCA são blocos econômicos e, portanto, processos de integração econômica.

A **União Européia** é o exemplo de integração econômica mais desenvolvida. Está na etapa da união econômica. Portanto, a União Européia já implementou o livre comércio, a tarifa externa comum, a circulação de capitais e mão-de-obra e a harmonização das políticas fiscal, monetária e cambial.

O **MERCOSUL**, criado pelo Tratado de Assunção em março de 1991, tem como membros o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Atualmente, é considerado uma união aduaneira em transição para mercado comum.

O **MERCOSUL funciona com base em instituições**, como a seguir:

- **Conselho de Mercado Comum:** composto pelos ministros das Relações Exteriores e da Fazenda dos países membros. A função do Conselho é criar as linhas gerais da integração econômica;
- **Grupo Mercado Comum:** é o órgão executivo; portanto, planeja, implementa e supervisiona o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho;
- **Comissão de Comércio:** órgão técnico, assessorado por 10 comissões técnicas, implementa e supervisiona as políticas comerciais;
- **Comissão Parlamentar Conjunta:** cuida da aproximação e da aprovação da legislação entre países;
- **Foro Consultivo Econômico e Social:** é formado por representantes de setores da sociedade como empresários, sindicatos, etc.

Atividade



A União Européia e o MERCOSUL são exemplos de integração econômica. Comente sobre o processo de integração desses blocos econômicos.

Comentário

O processo de integração inicia com a zona de livre comércio e o estágio mais avançado é a integração econômica completa.

Conclusão

O funcionamento das relações econômicas internacionais faz parte da economia moderna. Para explicar esse funcionamento, a teoria das vantagens comparativas, a taxa de câmbio, as políticas comerciais, o balanço de pagamentos e as funções das organizações internacionais são essenciais. Como a teoria das vantagens comparativas explica as vantagens do comércio mundial? Qual é o papel da taxa de câmbio nas relações comerciais internacionais? Você seria capaz de identificar em que os diversos tipos de operações comerciais e financeiras são registrados no balanço de pagamentos? Qual a diferença entre globalização econômica e integração econômica? As respostas ajudarão sua auto-avaliação.

Atividade Final

O Brasil exporta produtos agropecuários e industriais. Importa bens de capital e tecnologia. Os produtos da pauta de exportações e importações dependem das vantagens comparativas, da taxa de câmbio e das políticas comerciais entre o Brasil e o país parceiro. Considerando essas afirmativas:

- Liste alguns produtos nos quais o Brasil tem vantagem comparativa em relação à União Européia;
- Se a taxa de câmbio estiver valorizada como atualmente, é vantajoso para exportadores?
- Como são registrados, no balanço de pagamento, o pagamento de juros e amortização de financiamento?



Comentário

Para verificar como é feito o registro, releia a estrutura de balanço de pagamentos.

Síntese do tema

A teoria das vantagens comparativas explica como a diferença na disponibilidade de recursos de produção favorece o comércio internacional. Maior disponibilidade de recursos naturais, por exemplo, significa que os custos desses recursos são menores e o país tem vantagem comparativa em relação a outro país com menor disponibilidade desse fator. A taxa de câmbio é decisiva nos negócios internacionais, pois o preço que exportador recebe ou o importador paga é em moeda nacional. As políticas comerciais relacionadas com taxa de câmbio e tarifas também influenciam o comércio entre países. Finalmente, o balanço de pagamento é o instrumento de registro de todas as operações.

Informações sobre o próximo tema

O setor público é um agente econômico ativo nos sistemas de economia mista, predominante nos dias atuais. O próximo tema apresentará as funções do setor público, a estrutura da arrecadação e dos gastos. Também tratará da questão do superávit ou déficit público. Ainda abordará o orçamento público.

Tema 11



Noções de Economia do Setor Público

Meta do tema

Analisar a participação do governo no funcionamento do sistema econômico.

Objetivos

O estudo do tema pretende desenvolver em você habilidades para:

- Descrever as funções do governo no sistema econômico;
- Distinguir entre superávit e déficit do setor público;
- Classificar o déficit público;
- Explicar como o governo financia o déficit;
- Descrever o processo de elaboração do orçamento público.



Pré-requisitos

Faça uma rápida revisão sobre o produto, renda e despesa nacional. Leia também sobre demanda efetiva, oferta agregada e inflação.

Introdução

Nas aulas anteriores, podemos perceber que o governo é um agente econômico presente no funcionamento do sistema econômico. Essa presença ocorre de várias formas. A forma mais visível é a intervenção através da política econômica. Através da política fiscal, o governo arrecada uma parcela da renda nacional na forma de impostos e taxas. Essa arrecadação é gasta em despesas correntes e despesas de capital, influenciando a demanda agregada. Utilizando a política monetária, o governo controla a oferta de moeda, a taxa de juros, a taxa de câmbio, a disponibilidade de crédito. Nesse tema, abordaremos de maneira mais completa as atividades do Estado.

Pare e Pense

Qual a diferença entre superávit primário e déficit nominal do setor público?



A participação do setor público na economia

De acordo com a economia clássica, as funções do Estado eram cuidar da segurança e da justiça. A partir de 1920, a crise do sistema capitalista com alto nível de desemprego exigiu maior participação do Estado. Essa participação se evidenciou com o Estado produzindo e ofertando os chamados bens públicos, como energia, saneamento, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos.

As funções econômicas do setor público

Em virtude de falhas no sistema de preços, o setor público assume as funções alocativa, distributiva e estabilizadora. Falhas no sistema de preços, significa que só o mercado funcionando conforme as leis de demanda e oferta mais os monopólios e oligopólios não são capazes de atender totalmente as demandas sociais.

Função Alocativa



Como o sistema de mercado não consegue fornecer todos os bens e serviços, a função alocativa se propõe ofertar esses bens. Os bens fornecidos pelo governo são denominados bens públicos, porque ninguém é excluído do consumo deles.

A oferta de bens não públicos obedece ao princípio da exclusão. Pelo princípio da exclusão, se um indivíduo consome determinado bem, pagando seu preço, outro indivíduo está excluído de consumir o mesmo bem.

Os bens de consumo coletivo podem ser um bem público puro ou não. Uma praia não é um bem público puro, pois quando está completamente cheia é necessário que banhistas saiam para beneficiar outros banhistas. Já o serviço meteorológico pode ser considerado um bem público puro. Seu uso por um indivíduo não exclui a possibilidade de outros também usá-lo.

Ainda pode ser incluída, na função alocativa, a questão do crescimento econômico. A atuação do Estado no crescimento econômico trata do investimento público na infra-estrutura e incentivos e financiamento para estimular os investimentos no setor privado.

Os bens semipúblicos atendem ao princípio da exclusão, mas são produzidos também pelo Estado. Os serviços de saúde, educação, saneamento são bens semipúblicos.

Função Distributiva

A renda tem como origem o trabalho e a propriedade ou capital. A renda do trabalho é o salário. A renda da propriedade é o lucro, juro e aluguel. O nível do salário depende da qualificação profissional e oportunidades de

trabalho. Lucro, juro e aluguel dependem da disponibilidade de capital. Com base nas leis de mercado, a tendência natural é haver desigualdade na renda.

A função distributiva do governo visa redistribuir a renda. Para tanto, alguns instrumentos são utilizados. Um deles é a tributação. Pela tributação, o governo retira renda dos segmentos sociais com maior nível de renda e transfere a renda para os segmentos menos favorecidos. Outro instrumento é o gasto público e subsídios quando recursos são aplicados em áreas e setores mais carentes.

Função Estabilizadora

Já vimos que o pleno emprego e a estabilidade dos preços não acontecem automaticamente no mercado. A intervenção do governo conforme a proposta de Keynes é utilizar a política econômica para possibilitar o pleno emprego e a estabilidade dos preços.

Atividade

Explique como as funções alocativa, estabilizadora e distributiva do governo possibilitam corrigir as falhas do mercado.

Comentário

Mesmo sendo eficiente, o sistema de mercado apresenta falhas que podem ser corrigidas pelo setor público.



Estrutura tributária

Os tributos são classificados em impostos, taxas e contribuições de melhoria. As taxas são cobradas pela utilização de serviços públicos. A contribuição de melhoria é cobrada pela realização de obra pelo governo que implica no aumento do patrimônio na área do imóvel. Os impostos são a parte maior e mais complexa dos tributos. Façamos sua classificação e análise.

Imposto Direto

A incidência do imposto direto é sobre a renda e o patrimônio. O imposto sobre a renda abrange salário, lucro, juros e lucro. O imposto de renda é o principal exemplo. O imposto sobre o patrimônio incide sobre o estoque da riqueza. Os impostos sobre propriedade de veículos (IPVA), de terreno urbano (IPTU) e propriedade rural (ITR) são exemplos.

Imposto Indireto

Os impostos indiretos incidem sobre as transações sobre bens e serviços. Na estrutura tributária brasileira o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), o imposto sobre produtos industrializados (IPI)

e o imposto sobre serviços (ISS) são exemplos. A base tributária do imposto indireto é o valor da compra e venda do bem ou serviço. Quem recolhe o imposto nem sempre arca com o ônus. Por exemplo, no ICMS, o vendedor inclui o imposto no preço do bem ou serviço.

Efeitos sobre a Atividade Econômica

O nível da alíquota dos tributos gera um impacto sobre os preços e o nível da atividade econômica. É fácil comprovar esse impacto no imposto progressivo.

O imposto sobre a renda, por exemplo, exerce um impacto sobre a demanda agregada. Sabemos que a maior parte da renda das famílias é gasta em consumo. Se a alíquota do imposto sobre a renda é elevada, a renda pessoal disponível é menor. Esse fato implica menor capacidade de consumo pelas famílias.



Atividade

Explique como o imposto de renda e do imposto sobre circulação de mercadorias influenciam o nível do consumo.

Comentário

O imposto sobre a renda reduz a renda pessoal disponível e o ICMS é embutido no preço dos produtos.

- **Déficit público**

No setor público, superávit ou déficit estão relacionados com a arrecadação e o gasto. Se a arrecadação for maior que o gasto, ocorre superávit. Quando o gasto supera a arrecadação, há déficit. Para se analisar superávit e déficit público precisamos saber se é nominal, operacional ou primário.

- **Déficit Nominal ou Total**

É a necessidade de novos financiamentos ao longo de um ano para suprir a diferença entre arrecadação e gastos. Inclui união, estados e municípios, empresas estatais e previdência social. É também denominada necessidade de financiamento líquido do setor público não financeiro. A arrecadação inclui todos os tributos, taxas e contribuição de melhoria. O gasto inclui gastos correntes e de capital compreendendo juros, correção monetária e cambial da dívida passada.

- **Déficit Primário ou Fiscal**

O déficit primário é mensurado pela diferença entre arrecadação e gastos no período de um ano. Não é considerado o custo da dívida passada, como juro, correção monetária e cambial.

- **Déficit Operacional**

O déficit operacional é calculado pela diferença entre arrecadação e gastos no período de um ano. Nos gastos, é incluído o juro real da dívida anterior. Não são incluídas a correção monetária e cambial, no cálculo do déficit. A correção monetária e a correção cambial aumentam o valor nominal da dívida quando há inflação ou descontrole cambial.

- **Financiamento do Déficit**

O governo financia o déficit com recursos extrafiscais. Os instrumentos de financiamento utilizados são:

- Emissão de moeda: espécie de empréstimo do Banco Central ao Tesouro Nacional;
- Venda de títulos da dívida pública ao setor privado.

A emissão de moeda aumenta a inflação mas não a dívida pública. A venda de títulos não gera inflação, aumentando o endividamento público. Quando a dívida pública aumenta, o governo oferece taxa de juros maiores para vender os títulos. Essa situação acontece atualmente no Brasil.

Atividade

A execução financeira do Tesouro Nacional tem apresentado superávit primário entre 4% e 4,5% nos últimos anos. No entanto, tem déficit operacional e elevado déficit nominal. Como você explica essa situação?



Comentário

O superávit ou déficit primário é calculado com base nas receitas e despesas realizadas dentro de um ano, sem considerar o estoque da dívida passada. No sentido operacional e nominal, considera o estoque da dívida.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 165 a 169, definiu como deve ser o processo orçamentário. O Poder Executivo por meio de lei deve estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

- **Plano Plurianual**

A lei do plano plurianual (PPA) deve estabelecer por regiões as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública federal para as

Vamos conhecer um pouco mais sobre o Orçamento Público no Brasil?



despesas de capital. O PPA tem duração de quatro anos. O presidente eleito executa um ano do PPA do antecessor. No primeiro ano de mandato, propõe o novo PPA. Os Estados e municípios também aprovam seus PPAs. No governo do presidente Fernando Henrique, o PPA foi popularizado como Avança Brasil. No governo Lula, o PPA é conhecido como Brasil de Todos.

- **Lei de Diretrizes Orçamentárias**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é fundamental para a administração das finanças públicas, a curto e médio prazo. Orienta os seguintes passos da administração financeira da União, Estados ou Municípios:

- a) Estabelece as metas e prioridades da administração financeira;
- b) Cria diretrizes para a lei orçamentária anual;
- c) Inclui as alterações na legislação tributária.

O projeto da LDO é enviado ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.

- **Orçamento Geral da União**

O orçamento geral da União é composto dos seguintes elementos:

- a) Orçamento fiscal relativo aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fundos, órgãos da administração direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo poder público;
- b) Orçamento de investimento das empresas públicas e estatais;
- c) Orçamento da seguridade social, inclusive os órgãos vinculados, da administração pública direta ou indireta, incluindo fundações mantidas pelo poder público.

O projeto de lei do orçamento anual deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do ano fiscal.

- **Lei de Responsabilidade Fiscal**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o instrumento de controle da política fiscal. O objetivo da lei é possibilitar o equilíbrio orçamentário. Estabeleceu normas para serem observadas pela União, Estados e Municípios:

- a) Limite para as despesas com funcionalismo público: 50%, para a União; 60% para Estados e Municípios;
- b) Proíbe socorros financeiros entre União, Estados e Municípios;
- c) Limita despesas de administradores públicos em final de mandato;
- d) Limita endividamento para a União, Estados e Municípios.

O não cumprimento da lei implica na perda de repasses voluntários da União. Também, os infratores da lei poderão ser punidos por crime de responsabilidade fiscal.

Atividade

Faça uma síntese das normas da LDO e da LRF, explicando a função dessas normas na gestão das finanças públicas.



Comentário

O gestor de finanças públicas toma decisões e faz controles com base nas normas dessas leis.

Conclusão

A participação do setor público visa corrigir distorções do mercado. As funções alocativa, distributiva e estabilizadora possibilitam o fornecimento de bens públicos, melhorar a distribuição da renda e estabilidade da economia. Os principais instrumentos de atuação são o orçamento público anual e o plano plurianual. Quais bens públicos são fornecidos pelo governo? Como o governo pode melhorar a distribuição da renda? Como controla a inflação? Como financia o déficit público?

Atividade final

O Orçamento Geral da União para 2006 foi aprovado. Nele foram previstos os gastos correntes e de capital para o período. Também foram previstas as receitas. O resultado é superávit ou déficit. Supondo que você está analisando o orçamento citado:

- Liste os tipos de receitas e gastos;
- Admitindo que houve superávit primário e déficit operacional e nominal, justifique cada um deles;
- Explique como o governo financia o déficit nominal.



Comentário

Leia o texto sobre a classificação de receitas e gastos e como são calculados o déficit ou superávit.

Síntese do tema

No início do tema, foram apresentadas as razões porque o setor público tem aumentado sua participação na economia. Essa participação implica nas funções, alocativa, distributiva e estabilizadora do governo. Para exercer essas funções o governo arrecada tributos e efetua gastos correntes e de capital. As receitas e gastos são aprovados pelo Congresso Nacional no Orçamento Geral da União. O resultado do Orçamento é superávit ou déficit. O superávit e o déficit são classificados

em primário, operacional e nominal. Quando há déficit, o governo financia o déficit tomando empréstimos internos e externos.

Informações sobre o próximo tema

O desenvolvimento econômico é o sonho de qualquer sociedade. Ele resulta em bem-estar social. O próximo tema é desenvolvimento econômico que descreverá as fontes, o financiamento, os estágios e os indicadores.

Tema 12



Desenvolvimento Econômico

Meta do tema

Apresentar os elementos básicos do desenvolvimento econômico.

Objetivos

Espera-se que a abordagem do tema possibilite a você desenvolver capacidades para:

- Conceituar crescimento econômico e desenvolvimento econômico;
- Listar as fontes do desenvolvimento;
- Descrever os estágios do desenvolvimento;
- Explicar como o desenvolvimento é financiado;
- Analisar os indicadores do desenvolvimento.



Pré-requisitos

Revisar os conceitos de recursos de produção, macroeconomia, poupança e investimento.

Introdução

Desenvolvimento econômico é um tema sempre atual, pois há dezenas de países que ainda não atingiram um padrão de bem-estar de sua população. No desenvolvimento do estudo, conceituaremos crescimento e desenvolvimento econômico, pois são conceitos diferentes. Depois veremos as fontes e o financiamento do desenvolvimento. Ainda teremos oportunidade de descrever os estágios do desenvolvimento. Finalmente, será apresentado o sistema de indicadores para avaliação do grau de desenvolvimento.

Pare e Pense

Quais são as condições necessárias para que um país possa se desenvolver?



Crescimento e Desenvolvimento Econômico



A Teoria do Crescimento e Desenvolvimento discute estratégias a longo prazo, isto é, as questões relacionadas com o crescimento econômico equilibrado e auto-sustentado.

Crescimento e desenvolvimento econômico são conceitos diferentes. Crescimento econômico refere-se ao crescimento contínuo da “renda per capita” ao longo do tempo, portanto é quantitativo. Desenvolvimento econômico trata do crescimento econômico acompanhado de adequada alocação de recursos nos diversos setores econômicos, melhorando os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, condições de saúde, alimentação, educação, habitação...).



Fontes de Crescimento

O crescimento da produção e da renda depende da quantidade e da qualidade de capital e da mão-de-obra. Assim, as fontes de crescimento são:

- a) aumento da força de trabalho;
- b) aumento do estoque de capital;
- c) melhoria da qualidade da mão-de-obra;
- d) melhoria tecnológica;
- e) eficiência organizacional.

Financiamento do Desenvolvimento

O desenvolvimento é financiado pela poupança interna e poupança externa. A **poupança interna** é formada pela poupança privada e a poupança pública. E a **poupança externa** pode ser atraída de três maneiras: investimento direto, tomar empréstimos no mercado internacional de capitais ou instituições, como o Banco Mundial, e ajuda de países industrializados.



Atividade

Conceitue crescimento e desenvolvimento econômico, mostrando a diferença.

Comentário

Um dos conceitos se refere ao crescimento da renda e o outro além do crescimento da renda, acontecem transformações econômicas e sociais.

Estágios do Desenvolvimento

Como aconteceu o processo de desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos? É possível identificar etapas bem definidas durante o desenvolvimento?

Rostow apud Vasconcellos (2004, p. 215) identificou cinco estágios no processo de desenvolvimento. Os estágios e suas características são:

Sociedade Tradicional

Neste estágio, predomina a produção agrária de subsistência. A produção é artesanal, portanto, sem uso de tecnologia. A produtividade e o nível da renda são baixos. Essa etapa existiu nas nações desenvolvidas e ainda existe nas subdesenvolvidas. Várias nações na África e regiões no interior do Brasil estão nesse estágio.

Pré-requisitos para a Arrancada

Várias condições devem ser criadas para a decolagem da economia. Uma condição básica é uma taxa de acumulação de capital maior que a taxa de crescimento da população. Outra condição é a formação e qualificação da mão-de-obra, em outras palavras, melhorar a qualidade da educação. Também deve acontecer aumento de produtividade no setor agrícola, possibilitando criar um excedente de recursos para financiar a industrialização. Ainda como condição para a arrancada, é necessário investimento em energia, transporte, comunicações, saneamento básico, educação e saúde.

Arrancada

Na etapa da arrancada, ocorre o crescimento de forma contínua e as instituições econômicas funcionam bem. Rostow caracteriza a arrancada com as transformações econômicas e políticas a seguir:

- a) O investimento líquido passar a ser superior a 10% da renda nacional;
- b) São instaladas novas indústrias, principalmente na produção de bens de consumo duráveis;
- c) É criada uma estrutura social, política e institucional, favorável ao desenvolvimento.

Crescimento Auto-Sustentável

Nesta fase, a tecnologia é aplicada nos diversos setores da atividade econômica. A produção é equilibrada entre bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis e bens de capital. Além dos bens finais, a produção de bens intermediários é suficiente para atender as necessidades do mercado. A estrutura produtiva é capaz de responder às demanda de bens e serviços da sociedade.

Período do Consumo de Massa

Esta é a última etapa do desenvolvimento, na abordagem de Rostow. Nesta fase, os setores líderes concentram sua produção nos bens de consumo

duráveis de alta tecnologia e serviços. A renda dos trabalhadores atinge um nível em que a demanda deles não se limite à alimentação, habitação e outros bens básicos. A demanda dos trabalhadores se amplia para bens de consumo duráveis como automóveis, microcomputadores e serviços como o lazer. Uma quantidade maior de recursos é destinada ao bem-estar social e a seguridade social é ampliada.



Atividade

Descreva, de forma sintética, as etapas do processo de desenvolvimento, na abordagem de Rostow. Dê sua opinião sobre a etapa do desenvolvimento em que o Brasil está, atualmente.

Comentário

O desenvolvimento pode ser analisado como um processo histórico desde as sociedades tradicionais ao atual estágio do consumo de massa. O Brasil já passou por algumas dessas etapas.

Indicadores do Desenvolvimento

Para avaliar o nível de desenvolvimento, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas criaram um sistema de indicadores descrito a seguir.



Indicadores Tradicionais (Banco Mundial)

a) Vitais

- Esperança de vida ao nascer;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Estrutura etária da população;
- Taxa média anual de crescimento populacional.

b) Econômicos

- Estruturais: força de trabalho, recursos naturais, capital, estrutura da produção, estrutura da distribuição da renda;
- Disponibilidade de bens e serviços: renda per capita, bens básicos de consumo (alimentos, móveis, eletrodomésticos), bens produtivos e insumos (aço, energia...), serviços básicos (transporte), serviços sociais (educação, saúde, saneamento básico....

c) Sociais

- Estrutura social (interação entre indivíduos, grupos...);
- Mobilidade social: mudança de status social;
- Representação no sistema político: nível de representação social no Executivo, Legislativo, Judiciário;
- Participação social: articulação da sociedade;

- Sistema de concentração da propriedade.

Novos Indicadores (Organização das Nações Unidas)

Este índice passou a ser divulgado a partir de 1990 e tem o objetivo de monitorar o desenvolvimento humano “aumentando as opções das pessoas para que possam ter uma vida longa e saudável, se educar e agregar conhecimentos, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente, defendendo a igualdade entre homens e mulheres...”. (PASSOS e NOGAMI, 2003, p. 549)

O que é Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?



Índice de Corrupção Percebida (ICP)

Foi idealizado e desenvolvido pelo pesquisador alemão Johann Graf Lambsdorff, da Universidade de Gottingen, a partir de uma pesquisa a nível mundial. Há uma organização não governamental, a Transparência Internacional, que estuda o nível de corrupção na economia, no governo e nos indivíduos. É bastante discutida, a relação entre corrupção e desenvolvimento econômico e social.

Atividade

Descreva os indicadores tradicionais e os novos indicadores do desenvolvimento.



Comentário

Os indicadores tradicionais foram desenvolvidos pelo Banco Mundial e os novos indicadores, pela Organizações das Nações Unidas.

Conclusão

O desenvolvimento econômico é o sonho de muitos países, inclusive o Brasil. A razão é que desenvolvimento significa bem-estar econômico e social. O processo do desenvolvimento depende de recursos prévios e financiamento. Como um processo, acontece em etapas. Esse processo pode ser avaliado por um sistema de indicadores. Você lembra quais os indicadores utilizados na avaliação do desenvolvimento? Quais as etapas do desenvolvimento? Como é financiado?

Atividade final

Vamos imaginar um país como o Haiti. As informações da imprensa e da Organização das Nações Unidas demonstram que as condições econômicas do Haiti são insuficientes para o bem-estar de sua população. Em linguagem econômica, a solução é implementar um plano que possibilite o



desenvolvimento econômico. Quais os elementos no nosso estudo que permitem desenhar um plano com essa finalidade?

Comentário

Um plano deve começar pelo diagnóstico que pode ser levantado utilizando o sistema de indicadores. A seguir, verificar a etapa atual de desenvolvimento, as fontes de crescimento e como financiar o desenvolvimento.

Síntese do tema

O tema tratou dos elementos básicos do processo de desenvolvimento econômico. Iniciou apresentando as fontes e o financiamento do desenvolvimento. Depois descreveu as etapas do desenvolvimento econômico, de acordo com o economista norte-americano Rostow. Finalmente, listou um sistema de indicadores tradicionais e novos para avaliar o desenvolvimento.